

b

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

2º trimestre de 2023

Coordenação-Geral de Contabilidade

Divisão de Relatórios Contábeis

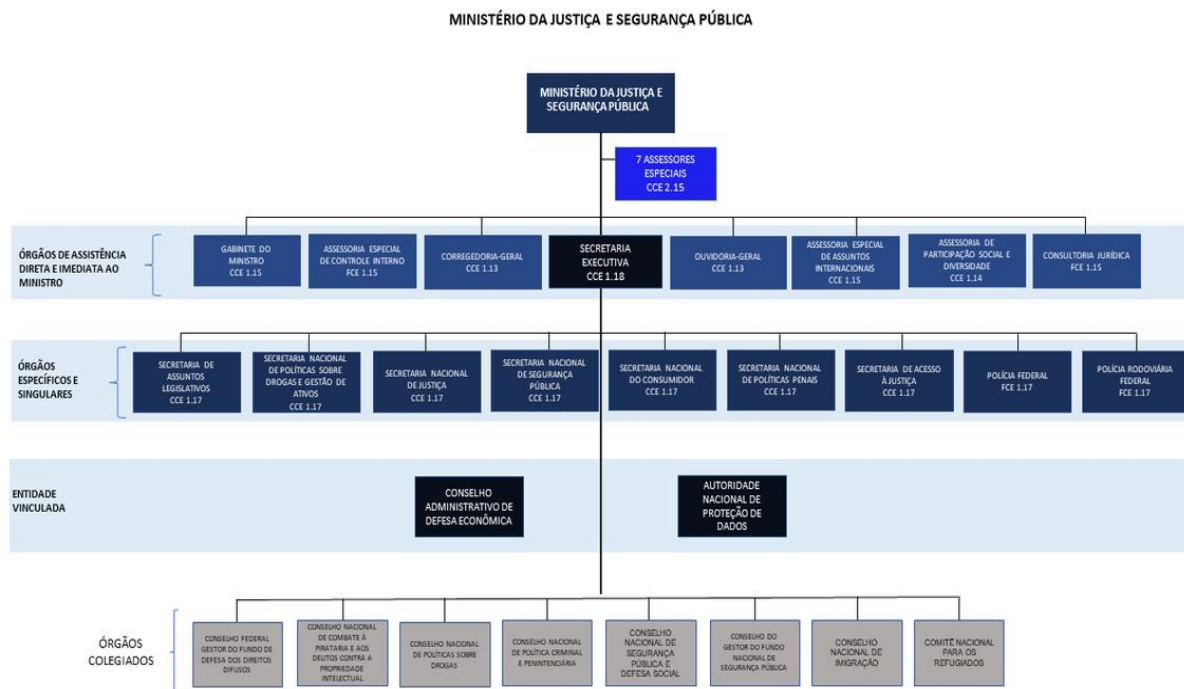
30 de junho de 2023

SUMÁRIO

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MJSP	3
APRESENTAÇÃO	4
Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	4
GESTÃO CONTÁBIL	7
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	11
Balanço Patrimonial.....	11
Demonstrações das Variações Patrimoniais	13
Balanço Orçamentário	15
Balanço Financeiro	16
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	18
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	19
NOTAS EXPLICATIVAS	20
Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP	20
Nota 02 – Créditos a Longo Prazo – BP.....	22
Nota 03 – Imobilizado – BP	24
Nota 04 – Intangível – BP	29
Nota 05 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo – BP	30
Nota 06 – Resultado de Exercícios Anteriores – BP	31
Nota 07 – Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – BP	33
Nota 08 – Quadro de Compensações – Atos Potenciais Passivos – BP	38
Nota 09 – Pessoal e Encargos – DVP.....	40
Nota 10 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais – DVP	42
Nota 11 – Demais Receitas Patrimoniais – BO	43
Nota 12 – Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO	44
Nota 13 – Resultado Orçamentário – BO.....	44
Nota 14 – Pessoal e Encargos Sociais – BO	45
Nota 15 – Outras Despesas Correntes – BO	47
Nota 16 – Restos a Pagar – Anexos – BO.....	48
Nota 17 – Transferências Intragovernamentais – BF	49
Nota 18 – Segurança Pública – DFC	50
Nota 19 – Aquisição de Ativo não Circulante – DFC	51
Nota 20 – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	53

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MJSP

O Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP é um órgão do Poder Executivo Federal, estruturado pelo [Decreto nº 11.348](#), de 1º de janeiro de 2023.



Fonte: <https://www.gov.br/mj/pt-br/ acesso-a-informacao/institucional/organogramas/>

O MJSP, por meio de seus órgãos específicos e singulares, é responsável pela gestão de seus fundos, instituídos e geridos da seguinte forma:

- Fundo Nacional Antidrogas – Funad: Instituído pela [Lei nº 7.560/1986](#), é gerido pela Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos – Senad;
- Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP: Instituído pela [Lei nº 10.201/2001](#), revogada pela [Lei nº 13.756/2018](#), é gerido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp;
- Fundo Penitenciário Nacional – Funpen: Instituído pela [Lei Complementar nº 79/1994](#), é gerido pela Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen; e
- Fundo de Defesa dos Direitos Difusos – FDD: Instituído pela [Lei nº 7.347/1985](#), é gerido pela Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon.

Em referência à estrutura organizacional do MJSP, cumpre destacar a transferência da Fundação Nacional do Índio (Funai) para o Ministério dos Povos Indígenas ([Decreto nº 11.355/2023](#)) e do Arquivo Nacional (AN) para o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos ([Decreto nº 11.345/2023](#)).

Destaca-se, ainda, pela nova estrutura regimental do MJSP, aprovada pelo [Decreto nº 11.348/2023](#), de 1º de janeiro de 2023, com vigência a partir de 24 de janeiro de 2023, a inclusão em sua estrutura da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), autarquia de natureza especial, prevista na Lei Geral de Proteção de Dados ([Lei nº 13.709/2018](#)).

O Planejamento Estratégico do MJSP 2020-2023 define a sua missão, sua visão e seus valores e foi aprovado pela [Portaria do Ministro nº 895/2019](#).

- Missão: Trabalhar para a consolidação do Estado Democrático de Direito.
- Visão: Ser reconhecido pela sociedade como protagonista na defesa da cidadania, na proteção de direitos, na integração da política de segurança pública, na cooperação jurídica internacional e no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.
- Valores: Integridade, Ética, Interesse Público, Respeito, Legalidade, Resultados, Capital Humano, Inovação, Transparência e Sustentabilidade.

APRESENTAÇÃO

Contexto Operacional

Regulamentada pela [Portaria MJSP nº 260, de 30 de dezembro de 2022](#), a **Secretaria Executiva - SE**, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, é responsável, dentre outras atribuições, por supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e orçamento, de organização e modernização administrativa, de contabilidade, de administração financeira, de informação de custos, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos, de serviços gerais e de transparência e acesso a informações, no âmbito do MJSP.

No que tange às demonstrações contábeis elencadas neste documento, a Coordenação-Geral de Contabilidade - CGCONTAB, subordinada à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO da SE, é responsável, dentre outras competências, por coordenar a análise das demonstrações contábeis dos fundos, órgãos e entidades vinculadas ao Ministério, por meio da Divisão de Análise e Acompanhamento Contábeis - Diaco e da Divisão de Relatórios Contábeis – Direc.

Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis – DCONs do MJSP foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBCT SP do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP - 9ª edição e o Manual Siafi, referente ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

As DCONs são extraídas a partir das informações constantes no Siafi, e têm como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do órgão 30000 – MJSP.

As estruturas e a composição das DCONs, de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, são compostas por:

- Balanço Patrimonial – BP;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP;
- Balanço Orçamentário – BO;
- Balanço Financeiro – BF;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL; e
- Notas Explicativas – NEs.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MJSP, levando-se em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Atualmente, não existem saldos em moeda estrangeira no MJSP.

Caixa e equivalentes de caixa

Expressam dinheiro em caixa na conta única, demais depósitos bancários e aplicação de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria, conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872, de 1986, é mantida no Banco Central do Brasil e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive do fundo e da fundação. No MJSP, ela é representada

pela Conta Única Recursos Tesouro Nacional.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, no MJSP, com dívida ativa não tributária. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original. Atualmente, não são constituídos ajustes para perdas dos créditos. Compreendem, ainda, outros direitos a receber, a curto prazo, relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos da folha de pagamento dos servidores; (ii) créditos por dano ao patrimônio; (iii) créditos a receber decorrentes de infrações; e (iv) adiantamentos de repasse por termos de execução descentralizada. Os estoques, por sua vez, são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, principalmente com: (i) dívida ativa não tributária; (ii) créditos a receber decorrentes de infração; e (iii) crédito por dano ao patrimônio. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original, porém não são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. Nesse sentido, os ajustes para perdas em créditos a longo prazo, realizados apenas pelo Cade, representam a perda estimada pelo não recebimento de valores do ativo, por inadimplência de terceiros e outras que tem o cálculo de sua estimativa de valor recuperável na metodologia baseada no histórico de recebimentos passados, conforme item 6. da Macrofunção STN 02.03.42 – Ajuste para Perdas Estimadas.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Esses reconhecidos, a princípio, com base no valor de aquisição, construção ou produção e, posteriormente, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se tais gastos não gerarem benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I. Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II. Reavaliados, aqueles nos quais:

- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação
 n = vida útil da acessão
 x = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Intangível

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, tais como softwares, marcas, direitos e patentes industriais. No MJSP são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção.

Dos órgãos vinculados ao MJSP, em razão de limitações no sistema de gestão patrimonial, somente na PF e no Cade são deduzidos os saldos da conta de amortização acumulada (quando têm vida útil definida).

Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; e (iii) demais obrigações.

Apuração do resultado

No modelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

1 Patrimonial

A confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas - VPAs e das Variações Patrimoniais Diminutivas - VPDs implica a apuração do resultado patrimonial.

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

2 Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320, de 1964. Desse modo, compõem o exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit ou déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário

3 Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Contexto Operacional

Regulamentada pela [Portaria MJSP nº 260, de 30 de dezembro de 2022](#), a **Secretaria Executiva - SE**, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, é responsável, dentre outras atribuições, por supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e orçamento, de organização e modernização administrativa, de contabilidade, de administração financeira, de informação de custos, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos, de serviços gerais e de transparência e acesso a informações, no âmbito do MJSP.

No que tange às demonstrações contábeis elencadas neste documento, a Coordenação-Geral de Contabilidade - CGCONTAB, subordinada à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO da SE, é responsável, dentre outras competências, por coordenar a análise das demonstrações contábeis dos fundos, órgãos e entidades vinculadas ao Ministério, por meio da Divisão de Análise e Acompanhamento Contábeis - Diaco e da Divisão de Relatórios Contábeis – Direc.

Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis – DCONs do MJSP foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBCT SP do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP - 9ª edição e o Manual Siafi, referente ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

As DCONs são extraídas a partir das informações constantes no Siafi, e têm como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do órgão 30000 – MJSP.

As estruturas e a composição das DCONs, de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, são compostas por:

- Balanço Patrimonial – BP;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP;
- Balanço Orçamentário – BO;
- Balanço Financeiro – BF;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL; e
- Notas Explicativas – NEs.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MJSP, levando-se em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Atualmente, não existem saldos em moeda estrangeira no MJSP.

Caixa e equivalentes de caixa

Expressam dinheiro em caixa na conta única, demais depósitos bancários e aplicação de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria, conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872, de 1986, é mantida no Banco Central do Brasil e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive do fundo e da fundação. No MJSP, ela é representada pela Conta Única Recursos Tesouro Nacional.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, no MJSP, com dívida ativa não tributária. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original. Atualmente, não são constituídos ajustes para perdas dos créditos. Compreendem, ainda, outros direitos a receber, a curto prazo, relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos da folha de pagamento dos servidores; (ii) créditos por dano ao patrimônio; (iii) créditos a receber decorrentes de infrações; e (iv) adiantamentos de repasse por termos de execução descentralizada. Os estoques, por sua vez, são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, principalmente com: (i) dívida ativa não tributária; (ii) créditos a receber decorrentes de infração; e (iii) crédito por dano ao patrimônio. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original, porém não são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. Nesse sentido, os ajustes para perdas em créditos a longo prazo, realizados apenas pelo Cade, representam a perda estimada pelo não recebimento de valores do ativo, por inadimplência de terceiros e outras que tem o cálculo de sua estimativa de valor recuperável na metodologia baseada no histórico de recebimentos passados, conforme item 6. da Macrofunção STN 02.03.42 – Ajuste para Perdas Estimadas.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Esses reconhecidos, a princípio, com base no valor de aquisição, construção ou produção e, posteriormente, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se tais gastos não gerarem benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

- I. Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;
- II. Reavaliados, aqueles nos quais:
 - seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
 - houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
 - seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado

mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação
n = vida útil da acessão
x = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Intangível

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, tais como softwares, marcas, direitos e patentes industriais. No MJSP são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção.

Dos órgãos vinculados ao MJSP, em razão de limitações no sistema de gestão patrimonial, somente na PF e no Cade são deduzidos os saldos da conta de amortização acumulada de *softwares* com vida útil definida.

Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; e (iii) demais obrigações.

Apuração do resultado

No modelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

1 Patrimonial

A confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas - VPAs e das Variações Patrimoniais Diminutivas - VPDs implica a apuração do resultado patrimonial.

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

2 Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320, de 1964. Desse modo, compõem o exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit ou déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário

3 Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

GESTÃO CONTÁBIL

Atuação da Coordenação-Geral de Contabilidade do MJSP

A Coordenação-Geral de Contabilidade – CGCONTAB, que integra o Sistema de Contabilidade Federal – SCF como Unidade Setorial de Contabilidade, atua alinhada ao órgão central dos Sistemas de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal, a STN do Ministério da Fazenda – MF, prestando assistência, orientação e apoio técnicos aos ordenadores de despesas e responsáveis por bens, direitos e obrigações do MJSP.

Com o objetivo de aprimorar a apresentação das DCONs, buscou-se melhorias nas seguintes características das informações: representação fidedigna; conteúdo relevante; compreensibilidade; tempestividade; comparabilidade; e verificabilidade.

Estrutura Administrativa e de Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

Cumprir esclarecer que, a composição do órgão MJSP no Siafi não necessariamente reflete a estrutura organizacional prevista no Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023.

Sua organização espelha a estruturação de unidades administrativas com autonomia de gestão dos respectivos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais, de maneira a otimizar a execução de suporte, manutenção e entrega das políticas públicas à sociedade. Cada órgão possui um código específico no Siafi, conforme quadro a seguir:

Composição no Siafi do MJSP			
Órgão Superior MJSP 30000	30000	Secretaria Executiva – SE Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP	MJSP
	30108	Polícia Federal – PF ¹	
	30802	Polícia Rodoviária Federal – PRF	
	30905	Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDD	
	30911	Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP	
	30907	Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN ^{1 3}	
	30912	Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD	
	30211	Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE ^{1 2}	
	30212	Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD ²	

¹ Unidade organizacional vinculada ao MJSP que possui seccional de contabilidade ou contador responsável.

² Autarquia sob Regime Especial – entidade da administração pública federal indireta.

³ Fundo gerido pela Secretaria Nacional de Políticas Penais – Senappen.

A CGCONTAB realiza o acompanhamento direto de 54 unidades executoras de despesa pública, sendo 35 da PRF e 19 do MJSP. Além dessas unidades, foi dado suporte técnico às atividades das seccionais de contabilidade:

- da PF, que consta com 35 unidades;
- do FUNPEN, com 14 unidades;
- do CADE, com 1 unidade.

Registro Mensal da Conformidade Contábil

A aderência das DCONs do MJSP às normas vigentes é atestada pelos procedimentos de Conformidade Contábil. Esta consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados no SIAFI, com base na análise dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, que tem por base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, a Conformidade de Registro de Gestão e o Manual SIAFI.

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Com base no processo de Conformidade Contábil, são elaboradas, com periodicidade trimestral, as Notas Explicativas – NEs às DCONs do MJSP. As NEs são partes integrantes das DCONs e são inseridas no SIAFIWeb, complementando as Demonstrações do Órgão de maneira a abordar aspectos relacionados à composição e aos critérios de mensuração dos elementos patrimoniais, incluindo informações sobre contas a pagar, execução contratual, bens imobilizados e despesas com pessoal, dentre outras.

As informações elaboradas subsidiam a consolidação do Balanço Geral da União – BGU, pela STN, e se caracterizam em instrumentos tanto para tomada de decisão dos gestores quanto para a instrumentalização do controle social.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Balanço Patrimonial

		R\$ milhares	
ATIVO	NE	30/06/2023	31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE		9.965.984	8.871.175
Caixa e Equivalentes de Caixa		6.361.425	5.790.347
Créditos a Curto Prazo		3.412.900	2.874.249
Demais Créditos e Valores	01	3.412.900	2.874.249
Estoques		191.659	206.579
ATIVO NÃO CIRCULANTE		11.292.211	269.762.336
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.225.580	3.191.606
Créditos a Longo Prazo	02	3.225.580	3.191.606
Dívida Ativa Não Tributária		3.794.996	3.763.455
Demais Créditos e Valores		1.445.644	1.443.210
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		(2.015.060)	(2.015.060)
Investimentos		21	22
Participações Permanentes		-	0
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		-	0
Propriedades para Investimento		18	18
Propriedades para Investimento		18	18
Demais Investimentos Permanentes		3	4
Demais Investimentos Permanentes	03	3	4
Imobilizado		7.660.543	266.227.769
Bens Móveis		3.597.691	3.720.812
Bens Móveis		4.909.185	5.037.597
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		(1.311.495)	(1.316.786)
Bens Imóveis		4.062.853	262.506.957
Bens Imóveis		4.067.130	262.510.983
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	04	(4.277)	(4.026)

Intangível		406.066	342.939
Softwares		406.066	342.921
Softwares		451.015	378.908
(-) Amortização Acumulada de Softwares		(44.949)	(35.987)
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	18
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	18
TOTAL DO ATIVO		21.258.195	278.633.511
PASSIVO	NE	30/06/2023	31/12/2022
PASSIVO CIRCULANTE		1.731.435	1.373.720
Obrigações Trab., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	05	1.292.676	879.787
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		66.695	36.913
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		13	5
Transferências Fiscais de Curto Prazo		62.879	142.700
Demais Obrigações a Curto Prazo		309.172	314.313
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1	1
Demais Obrigações a Longo Prazo		1	1
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		1.731.436	1.373.720

Fonte: Siafi.

Balanco Patrimonial – continuação...

R\$ milhares

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		19.526.759	277.259.791
Demais Reservas		7.232	6.372
Resultados Acumulados		19.519.527	277.253.419
Resultado do Exercício		877.167	2.945.288
Resultados de Exercícios Anteriores	06	18.631.707	274.300.617
Ajustes de Exercícios Anteriores		10.652	7.513
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		21.258.195	278.633.511

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES			07		
ATIVO	30/06/2023	31/12/2022	PASSIVO	30/06/2023	31/12/2022
Ativo Financeiro	6.361.491	5.790.486	Passivo Financeiro	9.636.371	4.310.475
Ativo Permanente	14.896.704	272.843.025	Passivo Permanente	529.808	286.717
			Saldo Patrimonial	11.092.016	274.036.319

QUADRO DE COMPENSAÇÕES			
ATIVO			
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	NE	30/06/2023	31/12/2022
Saldo dos Atos Potenciais Ativos		353.419	352.844
Atos Potenciais Ativos		353.419	352.844
Garantias e Contragarantias Recebidas		326.092	306.243
Direitos Conveniados e Outros Instr. Congêneres		27.264	46.519
Direitos Contratuais		64	82
TOTAL		353.419	352.844

QUADRO DE COMPENSAÇÕES			
PASSIVO			
Saldo dos Atos Potenciais Passivos	NE	30/06/2023	31/12/2022
Saldo dos Atos Potenciais Passivos		4.781.296	5.535.218
Atos Potenciais Passivos	08	4.781.296	5.535.218
Garantias e Contragarantias Concedidas		28	28
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos		1.784.231	2.055.050
Obrigações Contratuais		2.997.037	3.480.140

TOTAL	4.781.296	5.535.218
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVID/DÉFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários		(4.111.458)
Recursos Vinculados		836.579
Educação		299
Seguridade Social (Exceto Previdência)		(1.839.741)
Previdência Social (RPPS)		(3)
Dívida Pública		(83.671)
Alienação de Bens e Direitos		60.334
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		2.699.675
Outros Recursos Vinculados		(337)
Recursos a Classificar		24
TOTAL		(3.274.880)

Fonte: Siafi.

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Aumentativas

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	30/06/2023	30/06/2022
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		459.705	434.731
Impostos		2	-
Taxas		459.703	434.731
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		31.440	34.710
Venda de Mercadorias		-	18
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		31.440	34.693
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		279.416	211.387
Juros e Encargos de Mora		510	(6.086)
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		278.906	217.473
Transferências e Delegações Recebidas		24.950.374	27.046.161
Transferências Intragovernamentais		24.636.197	26.760.229
Outras Transferências e Delegações Recebidas		314.177	285.932
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		707.544	854.490
Reavaliação de Ativos		100.493	145.118
Ganhos com Alienação		56.788	44.661
Ganhos com Incorporação de Ativos		542.236	636.632
Ganhos com Desincorporação de Passivos		8.028	28.079
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		808.401	1.172.321
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		1.824	247
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		806.578	1.172.074
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		27.236.881	29.753.799

Fonte: Siafi.

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Diminutivas

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	30/06/2023	30/06/2022
Pessoal e Encargos	09	4.089.503	4.015.168
Remuneração a Pessoal		3.150.616	3.114.981
Encargos Patronais		677.185	676.142
Benefícios a Pessoal		238.986	198.513
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		22.716	25.531
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	10	2.238.113	2.328.009
Aposentadorias e Reformas		1.598.389	1.683.079
Pensões		592.189	597.683
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		47.534	47.247
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		1.429.583	1.383.850
Uso de Material de Consumo		157.269	221.819
Serviços		1.106.676	1.038.641
Depreciação, Amortização e Exaustão		165.638	123.389
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		71.042	61.522
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		3	6
Juros e Encargos de Mora		234	207
Variações Monetárias e Cambiais		1	0
Descontos Financeiros Concedidos		70.804	60.827
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	482
Transferências e Delegações Concedidas		18.260.185	19.827.564
Transferências Intragovernamentais		17.587.145	19.203.205
Transferências Intergovernamentais		249.567	400.510
Transferências ao Exterior		10.173	15.842
Execução Orçamentária Delegada a Entes		0	1
Outras Transferências e Delegações Concedidas		413.300	208.006
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		236.710	290.189
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		55.760	84.110
Perdas com Alienação		14.740	147
Perdas Involuntárias		19.063	5.899
Incorporação de Passivos		3.483	36.886
Desincorporação de Ativos		143.664	163.148
Tributárias		2.947	3.159
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.333	2.343
Contribuições		614	816
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		31.630	70.137
Incentivos		563	2.512
Subvenções Econômicas		3.244	21.658
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		27.823	45.968
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		26.359.714	27.979.598
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		877.167	1.774.201

Fonte: Siafi.

Balanço Orçamentário

Receitas e Despesas Orçamentárias

R\$ milhares
30/06/2023

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)
RECEITAS CORRENTES		4.776.331	4.776.331	2.803.555	(1.972.776)
Receitas Tributárias		576.249	576.249	321.792	(254.457)
Taxas		576.249	576.249	321.792	(254.457)
Receitas de Contribuições		372	372	78	(294)
Contribuições Sociais		372	372	78	(294)
Receita Patrimonial		2.627.903	2.627.903	1.520.442	(1.107.462)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		235	235	95	(140)
Valores Mobiliários		388.589	388.589	277.392	(111.197)
Demais Receitas Patrimoniais	11	2.239.080	2.239.080	1.242.955	(996.125)
Receitas de Serviços		75.361	75.361	31.338	(44.023)
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		75.361	75.361	31.338	(44.023)
Outras Receitas Correntes		1.496.446	1.496.446	929.905	(566.541)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	12	1.333.946	1.333.946	780.549	(553.397)
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		815	815	8.709	7.894
Bens, Direitos e Valores Incorp. ao Patrim. Público		149.339	149.339	131.380	(17.959)
Demais Receitas Correntes		12.346	12.346	9.268	(3.079)
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	4.725	4.725
Alienação de Bens		-	-	4.725	4.725
Alienação de Bens Móveis		-	-	4.725	4.725
SUBTOTAL DE RECEITAS		4.776.331	4.776.331	2.808.281	(1.968.051)
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
DÉFICIT	13	-	-	10.922.343	10.922.343
TOTAL		4.776.331	4.776.331	13.730.624	8.954.292
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		-	1.157.022	-	(1.157.022)
Superavit Financeiro		-	126.700	-	-
Excesso de Arrecadação		-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	1.030.322	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		16.660.623	17.735.079	13.448.241	7.420.693	6.386.167	4.286.838
Pessoal e Encargos Sociais	14	12.139.587	12.986.128	10.515.580	6.098.687	5.153.052	2.470.548
Outras Despesas Correntes	15	4.521.036	4.748.951	2.932.661	1.322.006	1.233.115	1.816.289
DESPESAS DE CAPITAL		2.145.529	2.243.399	282.382	20.256	17.405	1.961.017
Investimentos		2.145.529	2.243.399	282.382	20.256	17.405	1.961.017
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		673.072	673.072	-	-	-	673.072
TOTAL		19.479.224	20.651.550	13.730.624	7.440.949	6.403.572	6.920.926

Fonte: Siafi.

Balanço Orçamentário

Anexos

Anexo 1 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não ProcessadosR\$ milhares
30/06/2023

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		218.673	526.471	310.173	298.004	81.961	365.179
Pessoal e Encargos Sociais		5.395	17.420	7.729	7.729	4.050	11.036
Outras Despesas Correntes		213.279	509.051	302.444	290.275	77.911	354.143
DESPESAS DE CAPITAL		1.284.385	1.109.989	533.283	481.943	68.988	1.843.443
Investimentos		1.284.385	1.109.989	533.283	481.943	68.988	1.843.443
TOTAL	16	1.503.058	1.636.460	843.456	779.947	150.948	2.208.623

Fonte: Siafi.

Anexo 2 – Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados LiquidadosR\$ milhares
30/06/2023

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		1.816	870.872	869.253	624	2.811
Pessoal e Encargos Sociais		34	759.874	759.566	27	315
Outras Despesas Correntes		1.781	110.999	109.687	596	2.497
DESPESAS DE CAPITAL		33.758	93.599	71.802	17.244	38.310
Investimentos		33.758	93.599	71.802	17.244	38.310
TOTAL	16	35.574	964.471	941.055	17.868	41.122

Fonte: Siafi.

Balanço Financeiro

Ingressos

R\$ milhares

INGRESSOS	NE	30/06/2023	30/06/2022
Receitas Orçamentárias		2.808.281	2.785.045
Vinculadas		2.932.148	2.903.072
Seguridade Social (Exceto Previdência)		49.621	21.598
Alienação de Bens e Direitos		9.456	21.293
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		2.311.929	2.860.003
Outros Recursos Vinculados		560.433	-
Recursos a Classificar		710	177
(-) Deduções da Receita Orçamentária		(123.868)	(118.026)
Transferências Financeiras Recebidas	17	24.635.595	26.760.229
Resultantes da Execução Orçamentária		22.419.136	24.119.403
Cota Recebida		7.777.343	8.535.324

Repasse Recebido	7.397.951	8.233.504
Sub-repasse Recebido	7.217.832	7.000.898
Repasse Devolvido	25.562	349.666
Sub-repasse Devolvido	448	10
Independentes da Execução Orçamentária	2.216.459	2.640.826
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	2.023.969	2.292.295
Demais Transferências Recebidas	52.652	120.969
Movimentação de Saldos Patrimoniais	139.833	227.562
Movimentações para Incorporação de Saldos	6	-
Recebimentos Extraorçamentários	7.365.459	5.508.282
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.037.377	1.013.473
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	6.289.675	4.463.364
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	35.006	28.219
Outros Recebimentos Extraorçamentários	3.402	3.227
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	3.034	3.049
Restituições a Pagar	339	160
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	29	18
Saldo do Exercício Anterior	5.751.586	4.572.510
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.751.586	4.572.510
TOTAL	40.560.921	39.626.067

Fonte: Siafi.

Balanço Financeiro

Dispêndios

R\$ milhares			
DISPÊNDIOS	NE	30/06/2023	30/06/2022
Despesas Orçamentárias		13.730.624	11.620.038
Ordinárias		7.441.583	6.651.072
Vinculadas		6.289.040	4.968.966
Seguridade Social (Exceto Previdência)		4.348.433	3.484.360
Dívida Pública		90.878	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		1.830.729	1.484.606
Outros Recursos Vinculados		19.000	-
Transferências Financeiras Concedidas	17	17.586.544	19.202.403
Resultantes da Execução Orçamentária		14.726.483	15.925.140
Repasse Concedido		7.449.036	8.235.868
Sub-repasse Concedido		7.226.431	7.000.898
Cota Devolvida		25.006	338.697
Repasse Devolvido		25.562	349.666
Sub-repasse Devolvido		448	10
Independentes da Execução Orçamentária		2.860.060	3.277.264
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		1.317.808	1.475.893
Demais Transferências Concedidas		35.328	79.446
Movimento de Saldos Patrimoniais		1.506.919	1.721.924
Movimentações para Incorporação de Saldos		6	-
Pagamentos Extraorçamentários		2.882.329	2.972.835
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		941.055	900.839

Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	779.947	1.076.047
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	25.782	22.878
Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.135.544	973.070
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	1.131.930	970.944
Valores Compensados	6	4
Demais Pagamentos	3.608	2.122
Saldo para o Exercício Seguinte	6.361.425	5.830.790
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.361.425	5.830.790
TOTAL	40.560.921	39.626.067

Fonte: Siafi.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Ingressos e Desembolsos

		R\$ milhares	
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS	NE	30/06/2023	30/06/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		935.568	1.608.597
INGRESSOS		27.474.524	29.563.462
Receita Tributária		321.792	304.311
Receita de Contribuições		78	108
Receita Patrimonial		1.243.049	1.187.936
Receita de Serviços		31.338	34.576
Remuneração das Disponibilidades		277.392	214.749
Outras Receitas Derivadas e Originárias		929.905	1.033.155
Outros Ingressos Operacionais		24.670.969	26.788.626
Ingressos Extraorçamentários		35.006	28.219
Restituições a Pagar		339	160
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		29	18
Transferências Financeiras Recebidas	17	24.635.595	26.760.229
DESEMBOLSOS		(26.538.956)	(27.954.864)
Pessoal e Demais Despesas		(6.813.332)	(6.677.192)
Essencial à Justiça		-	(2)
Administração		(63.276)	(95.772)
Segurança Pública	18	(4.565.313)	(4.198.662)
Previdência Social		(2.070.739)	(2.112.938)
Educação		(337)	(90)
Direitos da Cidadania		(29.961)	(198.717)
Gestão Ambiental		(595)	-
Organização Agrária		(3)	(3)
Transporte		(3)	(1)
Encargos Especiais		(86.137)	(74.056)
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas—Cartão de Pagamento		3.034	3.049
Transferências Concedidas		(977.754)	(1.079.321)
Intergovernamentais		(311.576)	(395.602)
A Estados e/ou Distrito Federal		(299.579)	(367.844)
A Municípios		(11.998)	(27.758)
Intragovernamentais		(655.453)	(665.962)
Outras Transferências Concedidas		(10.725)	(17.757)
Outros Desembolsos Operacionais		(18.747.870)	(20.198.351)
Dispêndios Extraorçamentários		(25.782)	(22.878)
Transferências Financeiras Concedidas	17	(17.586.544)	(19.202.403)
Transferências de Arrecadação para Outra Unidade		(1.131.930)	(970.944)
Valores Compensados		(6)	(4)
Demais Pagamentos		(3.608)	(2.122)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(325.729)	(350.317)

INGRESSOS		4.725	10.210
Alienação de Bens		4.725	10.210
DESEMBOLSOS		(330.455)	(360.527)
Aquisição de Ativo Não Circulante	19	(309.968)	(343.499)
Outros Desembolsos de Investimentos		(20.487)	(17.027)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		609.838	1.258.281
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		5.751.586	4.572.510
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL		6.361.425	5.830.790

Fonte: Siafi.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

R\$ milhares
30/06/2023

Especificação	NE	Patrim./ Cap.Social	Reserva Capital	Reserva Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes Aval. Patr.	Ações/Cotas Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2022		-	-	-	5.584	274.300.617	-	-	274.306.201
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	12.938	-	-	12.938
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	788	(5.425)	-	-	(4.637)
Resultado do Exercício		-	-	-	-	2.945.288	-	-	2.945.288
Saldo Final do Exercício 2022		-	-	-	6.372	277.253.419	-	-	277.259.791

Especificação	NE	Patrim. / Cap. Social	Reserva Capital	Reserva Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes Aval. Patr.	Ações/Cotas Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2023		-	-	-	6.372	18.631.707	-	-	18.638.080
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	10.667	-	-	10.667
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	860	-	-	-	860
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	(15)	-	-	(15)
Resultado do Exercício		-	-	-	-	877.167	-	-	877.167
Saldo Final do Exercício 2023	20	-	-	-	7.232	19.519.527	-	-	19.526.759

Fonte: Siafi.

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP

Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por unidade gestora

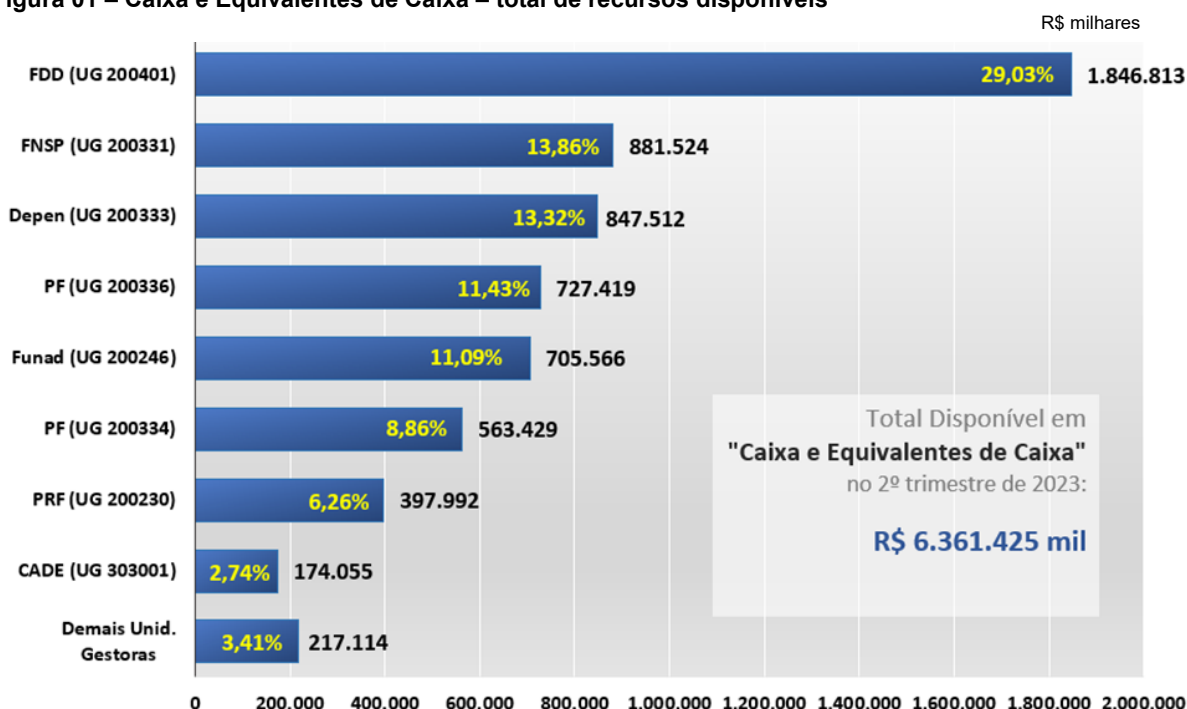
No final do 2º trimestre de 2023, os recursos disponíveis em “Caixa e Equivalentes de Caixa” representaram 63,83% (R\$ 6.361.425 mil) do total do Ativo Circulante, sendo R\$ 6.144.311 mil (96,59%) do referido montante assim distribuídos entre as oito (8) unidades gestoras mais representativas:

- a) R\$ 1.846.813 mil (29,03%) na UG 200401 do FDD;
- b) R\$ 881.524 mil (13,86%) na UG 200331 do FNSP;
- c) R\$ 847.512 mil (13,32%) na UG 200333 do Depen;
- d) R\$ 727.419 mil (11,43%) na UG 200336 da PF;
- e) R\$ 705.566 mil (11,09%) na UG 200246 da Funad;
- f) R\$ 563.429 mil (8,86%) na UG 200334 da PF;
- g) R\$ 397.992 mil (6,26%) na UG 200230 da PRF;
- e) R\$ 174.055 mil (2,74%) na UG 303001 do CADE.

As demais unidades gestoras executoras que apresentaram saldo no fechamento do 2º trimestre de 2023, as quais somaram 89 unidades distintas, englobaram R\$ 217.114 mil (3,41%) do total dos recursos disponíveis em “Caixa e Equivalentes de Caixa”.

Cumprir destacar que a representatividade de 13,32% do Depen deve-se à existência do Funpen - Fundo Penitenciário Nacional, regulamentado pela Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994.

Figura 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – total de recursos disponíveis



Fonte: Siafi.

Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte

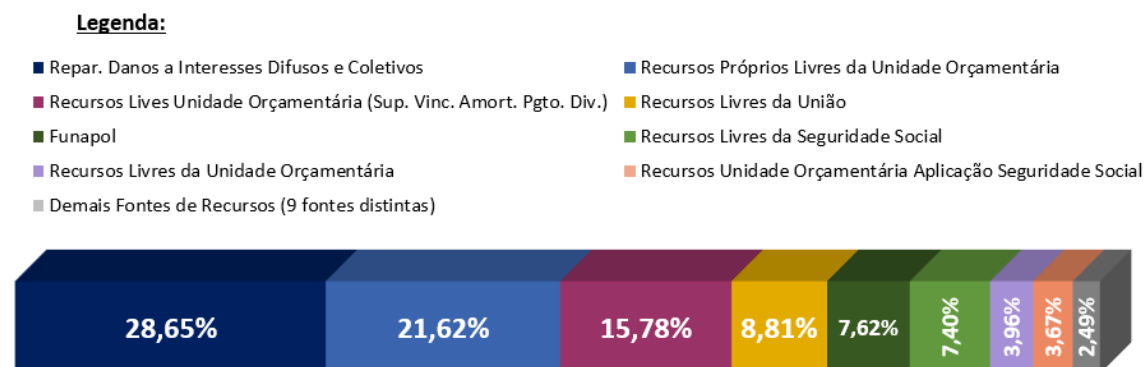
Em junho de 2023, 97,51% (R\$ 6.203.160 mil) dos recursos financeiros disponíveis em “Caixa e Equivalentes de Caixa” apresentaram-se distribuídos nas seguintes fontes:

- a) 28,65% (R\$ 1.822.519 mil) em repar. danos a interesses difusos e coletivos;
- b) 21,62% (R\$ 1.375.072 mil) em recursos próprios livres na unidade orçamentária;
- c) 15,78% (R\$ 1.004.032 mil) em recursos livres na unidade orçamentária;
- d) 8,81% (R\$ 560.506 mil) em recursos livres da União;
- e) 7,62% (R\$ 484.662 mil) no Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - Funapol;

- f) 7,40% (R\$ 470.597 mil) em recursos livres da seguridade social;
g) 3,96% (R\$ 252.216 mil) em recursos livres da unidade orçamentária;
h) 3,67% (R\$ 233.554 mil) em recursos da unidade orçamentária aplicados na seguridade social; e
g) 2,49% (R\$ 158.265 mil) nas demais fontes de recursos.

As fontes de recursos menos representativas corresponderam a 2,49% (R\$ 158.265 mil) do total das fontes de recursos financeiros, distribuídas entre 9 tipos de fontes distintas.

Figura 02 – Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte



Fonte: Siafi.

Caixa e Equivalentes de Caixa – Balanço Financeiro e Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Na análise de Caixas e Equivalentes demonstrados nas DFC, ressaltamos a seguir os principais impactos nos ingressos e saídas. Esclarecemos ainda que o referido conceito de caixa engloba todas as disponibilidades existentes nas contas; sendo elas, de modo geral, caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

Na União, em função da adoção do Princípio da Unidade de Caixa, a "Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa" é igual ao "Resultado Financeiro". No segundo trimestre de 2023, o resultado apurado do Ministério da Justiça e Segurança Pública foi positivo de R\$ 609.838 mil, sendo 153,41% (R\$ 935.568 mil) impactado pelas atividades operacionais e -53,41% (R\$ -325.729 mil) devido às atividades de investimento.

Com relação aos fluxos de caixa das atividades operacionais, destacam-se as "Transferências Financeiras Recebidas" que, conforme pode-se observar na DFC, em junho de 2023, representaram 89,67% (R\$ 24.635.595 mil) do total dos ingressos das atividades operacionais. Com relação aos dispêndios das atividades operacionais, "Transferências Financeiras Concedidas" representaram 66,27% (R\$ -17.586.544 mil) e "Segurança Pública" representaram 17,20% (R\$ -4.565.313 mil), cujas representações totalizaram 83,47% (R\$ -22.151.857 mil), detalhados nas notas explicativas de número 17 e 18 respectivamente.

Destaca-se ainda, com referência ao fluxo de caixa das atividades de investimento, que 95,16% (R\$ -309.968 mil) do saldo apresentado referem-se às aquisições de ativos não circulantes, os quais constam detalhados na nota explicativa de número 19.

Portanto, com relação ao resultado financeiro positivo de R\$ 609.838 mil no segundo trimestre de 2023 do MJSP, quanto ao fluxo de caixa das atividades operacionais, os ingressos e dispêndios supracitados representaram os impactos mais relevantes; assim como as aquisições de ativos não circulantes, com relação ao fluxo de caixa das atividades de investimento.

Tabela 01 – Fluxos de Caixa – operações e investimento

R\$ milhares

Descrição	30/06/2023	31/12/2022	2023-2022	AV% (2023)	AH%
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	935.568	1.608.597	(673.030)	153,41	(41,84)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	(325.729)	(350.317)	24.587	(53,41)	(7,02)
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	609.838	1.258.281	(648.442)	100,00	(51,53)

Fonte: Siafi.

Nota 02 – Créditos a Longo Prazo – BP

Os "Créditos a Longo Prazo", consolidados no Balanço Patrimonial, no segundo trimestre de 2023, corresponderam a 100% do ativo realizável a longo prazo e representaram 15,17% (R\$ 3.225.580 mil) do total do ativo.

Com relação ao montante total do referido grupo de contas, destacam-se os registros efetuados no Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, dos quais: 117,65% (R\$ 3.794.996 mil) foram decorrentes da "Dívida Ativa Não Tributária"; 41,78% (R\$ 1.347.573 mil) foram relativos a "Créditos a Receber Decorrentes de Infrações" em virtude de multas aplicadas; e -62,47% (R\$ -2.015.060 mil) correspondendo a 100% do saldo de "Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo", conforme pode-se observar na "Tabela 02".

A Dívida Ativa Não Tributária, que é proveniente dos demais créditos da Fazenda Pública, decorrentes de contratos em geral ou de outras obrigações legais, foi representada em 26,31% (R\$ 998.624 mil), pelas empresas:

- a) Rumo S.A., com 8,27% (R\$ 314.366 mil);
- b) Gerdau S.A., com 6,85% (R\$ 259.799 mil);
- c) Mann+Hummel Brasil Ltda, com 4,16% (R\$ 158.054 mil);
- d) Varig Logística S.A. – em recuperação judicial, com 4,00% (R\$ 151.833 mil); e
- e) ERJ Administração e Restaurantes de Empresas Ltda – falido, com 3,02% (R\$ 114.573 mil).

A rubrica "Créditos a Receber Decorrentes de Infrações" representou 41,78% (R\$ 1.347.573 mil) na análise vertical do segundo trimestre de 2023, demonstrado na "Tabela 02". As empresas CNO S.A., Construtora Coesa S.A. – em recuperação judicial e Andrade Gutierrez Investimentos em Engenharia S.A., somaram 79,93% (R\$ 1.077.178 mil) na contabilização de multas aplicadas pelo Cade por condutas de infração à ordem econômica.

- a) CNO S.A., com 39,29% (R\$ 529.488 mil);
- b) Construtora Coesa S.A. – em recuperação judicial, com 21,12% (R\$ 284.581 mil); e
- c) Andrade Gutierrez Investimentos em Engenharia S.A., com 19,52% (R\$ 263.109 mil).

Acrescenta-se que a variação horizontal da Fundação Nacional do Índio - Funai, com os saldos zerados em 2023, se deu pela saída do órgão da estrutura organizacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP.

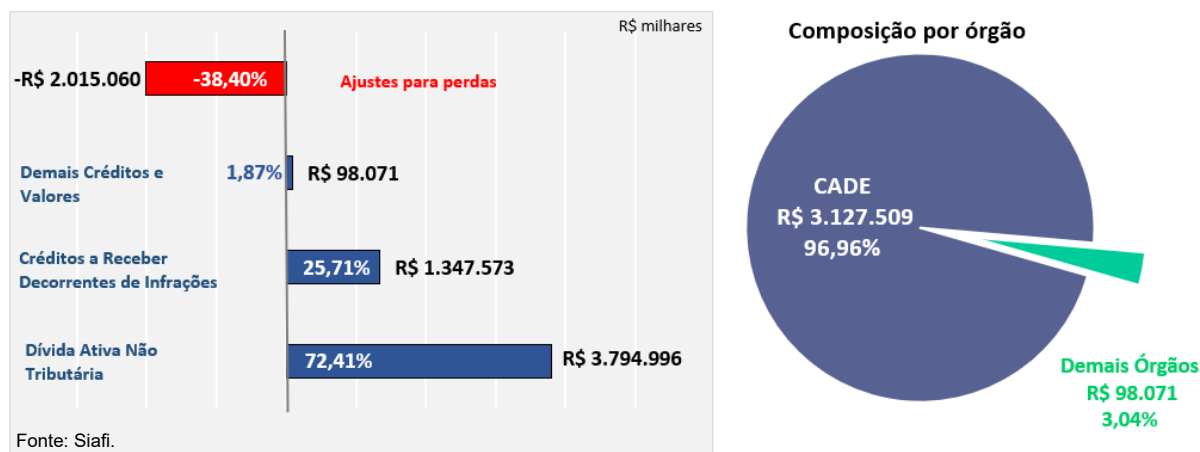
Tabela 02 – Créditos a Longo Prazo – composição por órgão

R\$ milhares

Grupos de Contas de Créditos a Longo Prazo	30/06/2023	31/12/2022	AV %	AH %
Dívida Ativa Não Tributária	3.794.996	3.763.455	117,65	0,84
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	3.794.996	3.755.987	117,65	1,04
Fundação Nacional do Índio	-	7.468	-	(100,00)
Créditos a Receber Decorrentes de Infrações-Longo Prazo	1.347.573	1.350.970	41,78	(0,25)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	1.347.573	1.350.849	41,78	(0,24)
Fundação Nacional do Índio	-	121	-	(100,00)
Demais Créditos e Valores	98.071	92.241	3,04	6,32
Ministério da Justiça e Segurança Pública	47.155	46.589	1,46	1,21
Fundo Nacional de Segurança Pública	45.687	37.296	1,42	22,50
Polícia Federal	2.409	-	0,07	100,00
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	1.507	1.507	0,05	0,00
Fundo Penitenciário Nacional	948	948	0,03	0,00
Fundo Nacional Antidrogas	298	298	0,01	0,00
Polícia Rodoviária Federal	66	66	0,00	0,00
Fundação Nacional do Índio	-	5.535	-	(100,00)
Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	(2.015.060)	(2.015.060)	(62,47)	0,00
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	(2.015.060)	(2.015.060)	(62,47)	0,00
Total de Créditos a Longo Prazo	3.225.580	3.191.606	100,00	1,06

Fonte: Siafi.

Figura 03 – Créditos a Longo Prazo – composição



Ajuste para Perdas em Créditos a Longo Prazo – CADE

Em relação à composição de saldos dos Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo do Cade, balizada pela Macrofunção 02.03.42 – Ajuste para Perdas Estimadas, tem-se a reprodução da metodologia utilizada pela unidade:

(...)

Observa-se que para calcular o Ajuste para Perdas Estimadas com Dívida Ativa, usa-se o seguinte cálculo:

Perda estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber - (quociente médio de recebimentos x saldo atualizado da conta de valores a receber)

(...)

Transformando esses dados em números temos:

- Perdas Estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber – (quociente médio de recebimentos x saldo atualizado da conta de valores a receber), onde;
- Perda Estimada = R\$ 3.755.986.838,78 – (0,46350727 x 3.755.986.838,78);
- Perda Estimada = R\$ 3.755.986.838,78 – 1.740.927.211,27;

Perda estimada = 2.015.059.627,51

Baseando-se no item 6.3 da macrofunção, onde diz: “Dadas as diversidades de ativos e peculiaridades de cada um deles, é possível que, para refletir de maneira mais fidedigna a real situação do ativo, outra metodologia se mostre mais adequada, ou mesmo alguma variação da metodologia sugerida acima.”, utilizou-se uma variação da fórmula apresentada onde foi considerado os últimos quatro anos para o cálculo do ajuste para perdas da dívida ativa. Os dados extraídos do Tesouro Gerencial consideraram todo movimento credor da conta, conforme mostra tabela a seguir:

2022		2021		2020		2019	
Movim. Devedor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Credor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Devedor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Credor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Devedor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Credor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Devedor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Credor - Moeda Origem (Conta Contábil)
679.161.830,58	80.438.267,49	737.742.339,29	48.026.393,19	312.622.303,46	25.374.225,67	239.894.308,93	381.270.413,94

Aplicando os valores às fórmulas, temos:

1. Média mensal de recebimentos = Total de recebimentos no exercício/12

- Média mensal de recebimentos 2019 = 381.270.413,94 / 12 = **R\$ 31.722.534,50**
- Média mensal de recebimentos 2020 = 25.107.168,86 / 12 = **R\$ 2.092.264,07**
- Média mensal de recebimentos 2021 = 48.026.393,19 / 12 = **R\$ 4.002.199,43**
- Média mensal de recebimentos 2022 = 80.438.267,49 / 12 = **R\$ 6.703.188,96**

2. Média mensal dos saldos da conta de valores a receber = soma dos saldos mensais/12

- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber 2019 = $239.894.308,93/12 =$
R\$ 19.991.192,41
- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber 2020 = $312.622.303,46/12 =$
R\$ 26.050.795,20
- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber 2021 = $737.742.339,29/12 =$
R\$ 61.478.528,27
- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber 2021 = $679.161.830,58 =$
R\$ 56.596.819,22

3. Quociente de recebimento para o exercício x1 = Média mensal de recebimentos do exercício x1 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x1

- Quociente de recebimento para o exercício 2019 = $31.722.534,50 / 19.991.192,41 =$
1,58932663

4. Quociente de recebimento para o exercício x2 = Média mensal de recebimentos do exercício x2 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x2

- Quociente de recebimento para o exercício 2020 = $2.092.264,07 / 26.050.795,20 =$
0,08031479

5. Quociente de recebimento para o exercício x3 = Média mensal de recebimentos do exercício x3 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x3

- Quociente de recebimento para o exercício 2021 = $4.002.199,43 / 61.478.528,27 =$
0,06509914

6. Quociente de recebimento para o exercício x4 = Média mensal de recebimentos do exercício x4 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x4

- Quociente de recebimento para o exercício 2022 = $6.703.188,96 / 56.596.819,22 =$
0,11843756

7. (Quociente de recebimento para o exercício x1 + Quociente de recebimento para o exercício x2 + Quociente de recebimento para o exercício x3 + Quociente de recebimento para o exercício x4) / 4

- Quociente médio de recebimento = $(1,58932663 + 0,08031479 + 0,06509914 + 0,11843756) / 4$
- Quociente médio de recebimento = 0,46350727

Assim sendo, o Quociente médio de recebimento utilizado na fórmula da Perda Estima é o **0,46350727**.

Considerando todos os cálculos utilizados acima, obteve-se o valor de **R\$ 2.015.059.627,51** (dois bilhões, quinze milhões, cinquenta e nove mil, seiscentos e vinte e sete reais e cinquenta e um centavos) de Perda Estimada, o que representa 53,65% da Dívida Ativa do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Em 2021 os cálculos apuraram o valor de R\$ 1.331.585.720,81 (bilhão) para os Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo. Considerando o valor contabilizado em 2021, foi feita uma contabilização, em 30/12/2022, no valor complementar de R\$ 683.473.906,70 (milhões) e somando os dois valores encontramos o valor de R\$ 2.015.059.627,51.

Ressalta-se que a fonte das informações supracitadas, referentes aos 'Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo' são provenientes do próprio Conselho Administrativo de Defesa Econômica."

Nota 03 – Imobilizado – BP

O Ativo Imobilizado compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos (tangíveis) – bens móveis e imóveis – destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. Inclusive, os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Em 30 de junho de 2023, o MJSP registrou o valor contábil líquido de R\$ 7.660.543 mil dos bens móveis e imóveis, sendo 46,96% (R\$ 3.597.691 mil) em bens móveis e 53,04% (R\$ 4.062.853 mil) em bens imóveis, conforme demonstrado na "Tabela 03".

Cabe destacar, na análise horizontal dos bens imóveis, a efetiva diminuição de -98,45% em relação encerramento do exercício de 2022, ocasionada pela saída da Fundação Nacional do Índio – Funai da estrutura organização do MJSP a partir de 2023.

Tabela 03 – Imobilizado – composição

R\$ milhares

IMOBILIZADO	30/06/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
Bens Móveis	3.597.691	3.720.812	46,96	(3,31)
Bens móveis - consolidação	4.909.185	5.037.597	64,08	(2,55)
Deprec., Exaustão e Amortiz Acumulada de bens móveis	(1.311.495)	(1.316.786)	(26,72)	(0,40)
Bens Imóveis	4.062.853	262.506.957	53,04	(98,45)
Bens imóveis - consolidação	4.067.130	262.510.983	53,09	(98,45)
Deprec., Exaustão e Amortiz Acumulada de bens imóveis	(4.277)	(4.026)	(0,11)	6,24
Total Bruto	8.976.315	267.548.580	117,18	(96,64)
Total Líquido	7.660.543	266.227.769	100,00	(97,12)

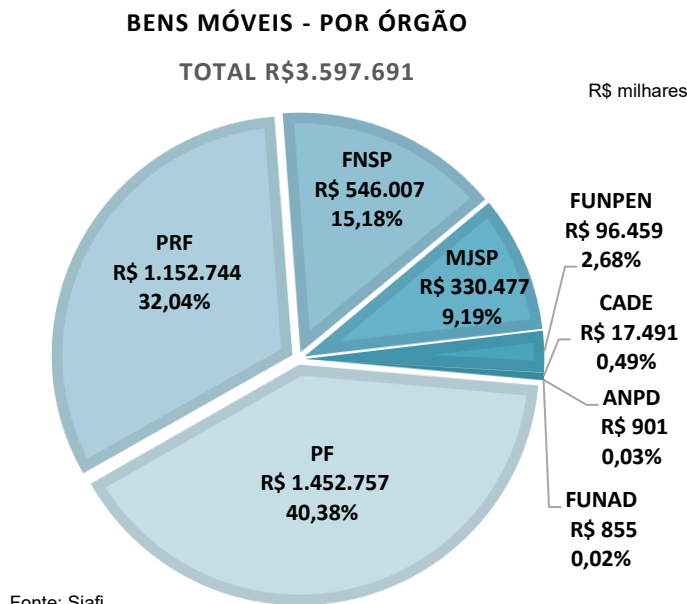
Fonte: Siafi.

Bens Móveis - Imobilizado

Os bens móveis que totalizaram, no segundo trimestre de 2023, R\$ 3.597.691 mil, após a aplicação da depreciação, representaram 46,96% do total do imobilizado.

No que se refere aos órgãos vinculados ao MJSP, os bens móveis apresentaram a distribuição conforme a “Figura 04”. Destacaram-se a Polícia Federal - PF, com 40,38% (R\$ 1.452.757 mil) e a Polícia Rodoviária Federal - PRF, com 32,04% (R\$ 1.152.744 mil). Somando, ambas, 72,42% (R\$ 2.605.500 mil) do total dos bens móveis do MJSP.

Figura 04 – Bens Móveis – composição por órgão



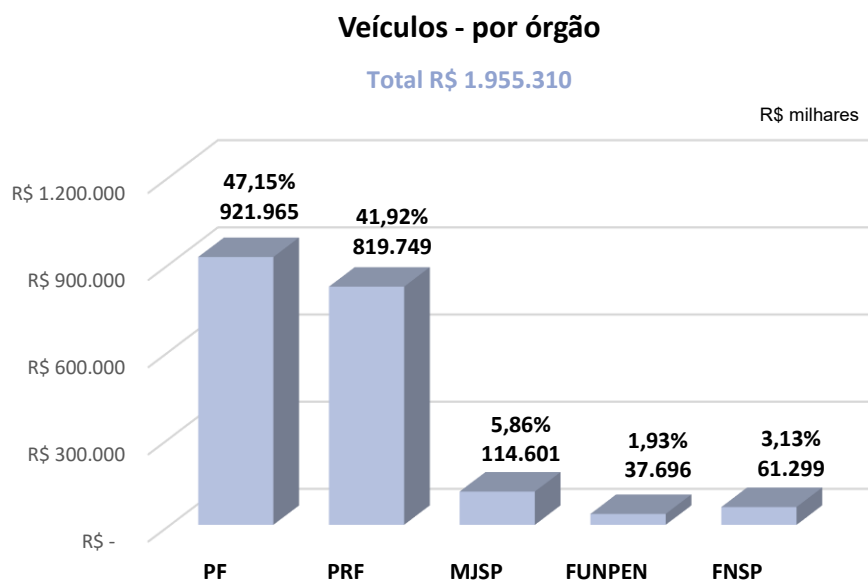
Conforme destacado na “Tabela 04”, os veículos apresentaram, no segundo trimestre de 2023, maior representatividade, correspondendo a 54,35% (R\$ 1.955.310 mil) do total da rubrica, seguido pelos bens de informática, com 23,80% (R\$ 856.152 mil) e máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas, representando 23,19% (R\$ 834.252 mil).

Tabela 04 – Composição dos Bens Móveis – por conta contábil

R\$ milhares				
Descrição	30/06/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
Veículos	1.955.310	1.989.648	54,35	(1,73)
Bens de Informática	856.152	895.978	23,80	(4,45)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	834.252	869.376	23,19	(4,04)
Bens Móveis em Almoxarifado	535.402	469.467	14,88	14,04
Móveis e Utensílios	209.227	244.894	5,82	(14,56)
Bens Móveis em Andamento	180.679	180.712	5,02	(0,02)
Armamentos	169.081	172.517	4,70	(1,99)
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	110.930	122.960	3,08	(9,78)
Demais Bens Móveis	56.948	79.053	1,58	(27,96)
Semoventes e Equipamentos de Montaria	1.205	12.933	0,03	(90,68)
Peças e Conjuntos de Reposição	-	59	0,00	(100,00)
Subtotal	4.909.185	5.037.597	136,45	(2,55)
Depreciação / Amortização Acumulada	(1.311.495)	(1.316.786)	(36,45)	(0,40)
Total Líquido	3.597.691	3.720.812	100,00	(3,31)

Fonte: Siafi.

Na “Figura 05”, destacam-se a PF e a PRF, cujos órgãos possuem as maiores representações de veículos, os quais são utilizados sobretudo nas atividades inerentes à função policial.

Figura 05 – Veículos – por órgão

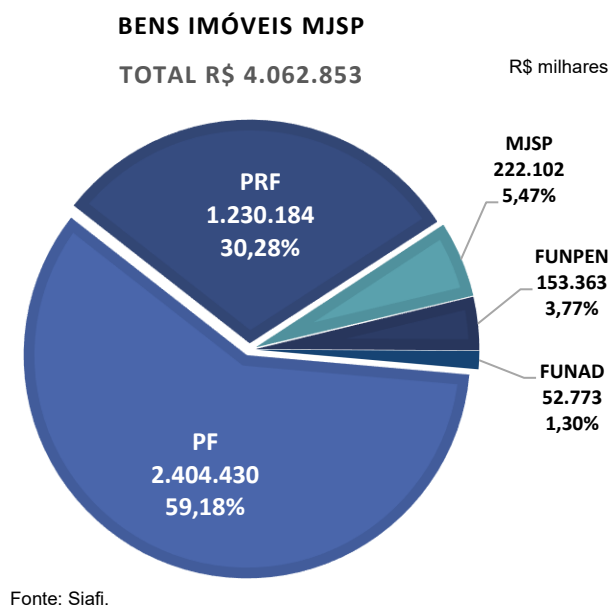
Fonte: Siafi.

Bens Imóveis – Imobilizado

Os bens imóveis do MJSP totalizaram R\$ 4.067.130 mil no 2º trimestre de 2023, representando 19,13% do total do Ativo. O saldo líquido contábil dos bens imóveis, aplicada a depreciação (a redução do valor de um bem pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência) e amortização (decorrente de benfeitorias em imóvel de terceiros cuja utilização se dá por prazo legal ou contratualmente limitado) acumuladas de -0,11% (R\$ -4.277 mil), foi de R\$ 4.062.853 mil.

Nesse contexto, destaca-se a PF pela alta representatividade entre os órgãos vinculados ao MJSP, com R\$ 2.404.430 mil (59,18%), conforme “Figura 06”.

Figura 06 – Bens Imóveis – por órgão



De acordo com a “Tabela 05”, os bens de uso especial, destinados ao serviço ou estabelecimento da Administração Pública, corresponderam a 85,11% do total dos bens imóveis, perfazendo o montante de R\$ 3.457.721 mil em 30/06/2023.

Tabela 05 – Composição dos Bens Imóveis – por conta contábil

R\$ milhares

Descrição	30/06/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet	3.451.166	261.848.363	84,94	(98,68)
Bens Imóveis em Andamento	536.553	567.002	13,21	(5,37)
Instalações	47.116	58.297	1,16	(19,18)
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	13.175	13.099	0,32	0,58
Bens Dominicais Não Registrados no Siapa	12.543	12.742	0,31	(1,57)
Bens de Uso Especial Não Registrados no SPIUnet	6.555	10.912	0,16	(39,93)
Demais Bens Imóveis	22	568	0,00	(96,08)
Subtotal	4.067.130	262.510.983	100,11	(98,45)
Depreciação Acumulada - bens imóveis	(352)	(268)	(0,01)	31,60
Amortização Acumulada - bens imóveis	(3.925)	(3.758)	(0,10)	4,44
Total líquido	4.062.853	262.506.957	100,00	(98,45)

Fonte: Siafi.

Destaca-se, como demonstrado na “Tabela 06”, a rubrica Edifícios, representando 43,45% (R\$ 1.502.510 mil) do total dos bens de uso especial do MJSP. Ressalta-se, ainda, a evidente redução, na análise horizontal, dos saldos da Funai, influenciada pela saída da estrutura organizacional do MJSP em 2023.

Nesse sentido, a redução de -64,66%, na análise da variação horizontal, da rubrica Edifícios do MJSP, se deveu pela saída do Arquivo Nacional – AN da estrutura do MJSP, em 2023.

Tabela 06 - Bens de Uso Especial – por tipo

R\$ milhares

BENS DE USO ESPECIAL	30/06/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
Edifícios	1.502.510	1.880.368	43,45	(20,09)
PF	1.138.666	1.247.071	32,93	(8,69)
PRF	214.625	184.644	6,21	16,24
MJSP	148.107	419.055	4,28	(64,66)
FUNAD	776	776	0,02	0,00
FUNPEN	336	336	0,01	0,00
FUNAI	-	28.486	-	(100,00)
Terrenos, Glebas	978.518	1.807.062	28,30	(45,85)

PF	609.896	529.336	17,64	15,22
PRF	288.209	288.571	8,34	(0,13)
MJSP	58.680	58.680	1,70	0,00
FUNPEN	10.894	10.894	0,32	0,00
FUNAD	10.840	5.936	0,31	82,60
FUNAI	-	913.645	-	(100,00)
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	858.327	1.428.893	24,82	(39,93)
PF	458.953	459.232	13,27	(0,06)
PRF	335.844	329.826	9,71	1,82
FUNPEN	62.003	62.003	1,79	0,00
FUNAD	1.526	1.432	0,04	6,53
FUNAI	-	576.399	-	(100,00)
Complexos, Fábricas e Usinas	51.471	58.715	1,49	(6,72)
PF	19.926	46.101	0,58	1,49
PRF	16.806	12.614	0,49	0,00
Imóveis Residenciais e Comerciais	14.738	55.180	0,43	1,61
FUNAD	-	19.634	-	(100,00)
PRF	47.021	16.806	1,36	(19,92)
PF	46.101	14.504	1,33	0,00
FUNAI	919	4.234	0,03	(92,71)
Fazendas, Parques e Reservas	19.875	256.629.057	0,57	(99,99)
FUNAD	19.875	21.772	0,57	(8,71)
FUNAI	-	256.607.285	-	(100,00)
Total dos bens de uso especial	3.457.721	261.859.275	100,00	(98,68)

Fonte: Siafi.

O MJSP possui 99,81% (R\$ 3.451.166 mil) dos saldos dos bens de uso especial vinculados ao MJSP registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, que faz a gerência da utilização dos imóveis e possui vinculação com o Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi. Os bens de uso especial não registrados no SPIUnet, que representaram 0,19% (R\$ 6.555 mil), são caracterizados pelo cadastro apenas no Siafi. A ausência do registro no SPIUnet é causada pela imprecisa identificação do imóvel.

Tabela 07 - Bens de Uso Especial Não Registrados no SPIUnet – por órgão

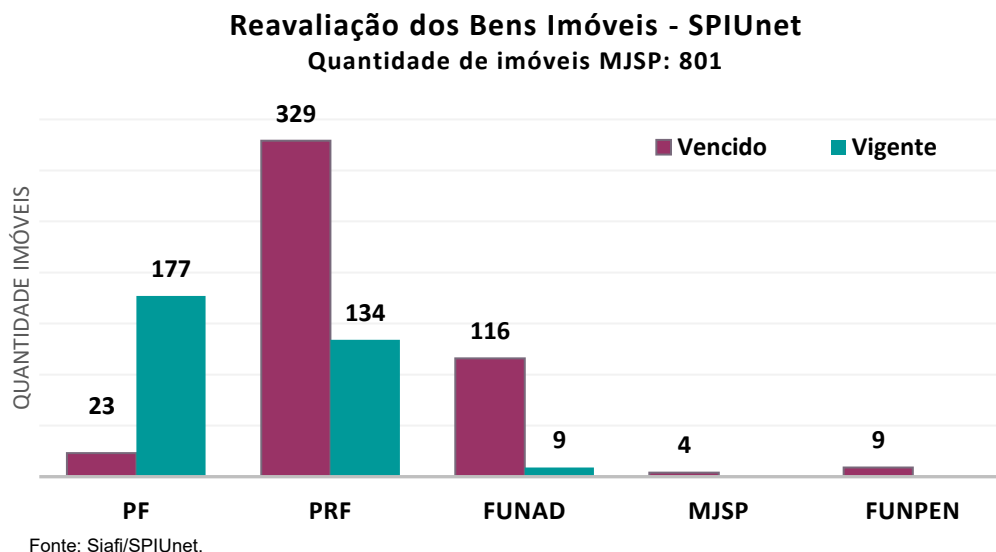
R\$ milhares		
BENS DE USO ESPECIAL	30/06/2023	AV (%)
Bens de uso especial registrados no SPIUnet	3.451.166	99,81
Bens de uso especial não registrados no SPIUnet	6.555	0,19
Edifícios	4.200	0,12
PRF Complexos, Fábricas e Usinas	919	0,03
Outros Bens Imóveis	648	0,02
Imóveis Residenciais e Comerciais	386	0,01
FUNPEN Outros Bens Imóveis	385	0,01
Edifícios	17	0,00
TOTAL	3.457.721	100,00

Fonte: Siafi.

O MJSP apresentou, no segundo trimestre de 2023, 801 imóveis registrados no SPIUnet, distribuídos da seguinte forma: PRF, 463; PF, 200; Funad, 125; Funpen, 9; e MJSP, 4. A “Figura 07” representa a situação dos bens imóveis de uso especial registrados no SPIUnet, onde 39,95% (320 imóveis) da quantidade de imóveis está com o prazo de validade vigente. Nesse sentido, 68,64% (R\$ 2.368.750 mil) do valor de utilização registrado no SPIUnet encontra-se vigente.

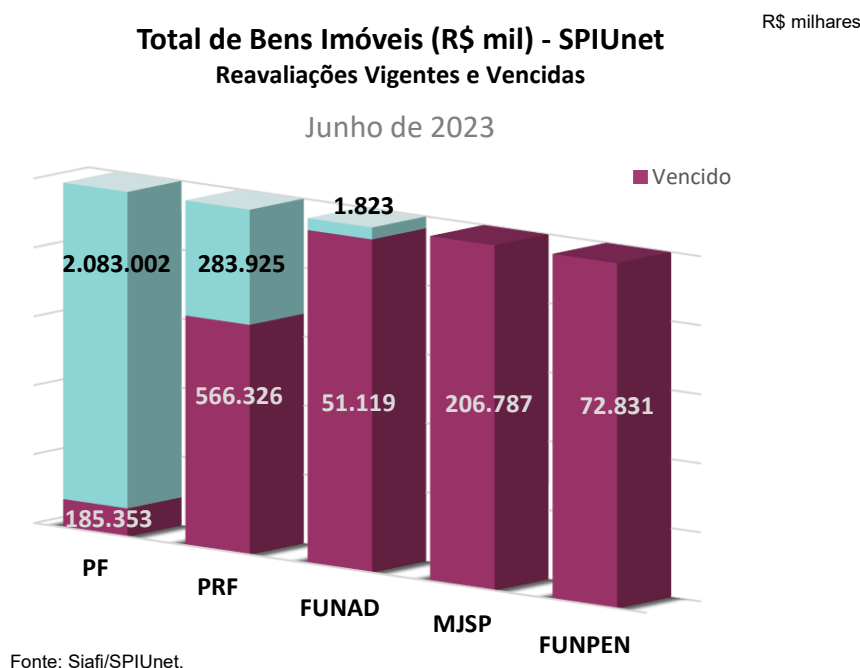
Os imóveis registrados no Funad são provenientes de apreensão ou de perdimento em favor da União. Para proceder à correta evidenciação nas contas contábeis, a unidade está em contato com os gestores da SPU, a fim de identificar melhor fluxo de informações entre as entidades e permitir a adequada compatibilização entre SPIUnet/SIAFI e GFUNAD, sistema de controle analítico de bens apreendidos, em uso pela SENAD.

Figura 07 – Reavaliação dos Bens Imóveis de uso especial registrados no SPIUnet



Na “Figura 08”, apresenta-se a evolução dos órgãos vinculados ao MJSP acerca dos valores correspondentes às reavaliações vigentes e vencidas. No segundo trimestre de 2023, a consolidação dos saldos vencidos representou 31,36% (R\$ 1.082.416 mil) do valor total e os saldos vigentes 68,64% (R\$ 2.368.750 mil).

Figura 08 – Valores dos Bens Imóveis (R\$ mil) com as Reavaliações Vigentes e Vencidas



Nota 04 – Intangível – BP

No segundo trimestre de 2023, os órgãos vinculados Polícia Federal e Ministério da Justiça e Segurança Pública totalizaram 88,64% (R\$ 359.940 mil) dos registros de “Softwares”, evidenciados no Balanço Patrimonial, consideradas as respectivas amortizações; sendo 69,73% (R\$ 283.165 mil) no MJSP e 18,91% (R\$ 76.775 mil) na PF. Cabe ressaltar que apenas a Polícia Federal e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica apresentaram registros de amortizações dos referidos ativos.

Destaca-se que a Portaria ME nº 232, de 02 de junho de 2020, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - Siads, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas dependentes do Poder Executivo Federal, para o gerenciamento e controle dos acervos de bens móveis, permanentes e de consumo, de bens intangíveis e frota de veículos; o qual apresenta, entre outras soluções, a automatização dos registros de amortizações.

Para a implantação de tal sistema, portanto, tais órgãos vinculados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública se manifestaram, mediante processo formal interno; sendo que, a maioria deles, apresentou um cronograma de implantação, iniciado em 2020; com exceção da Polícia Federal - PF e da Polícia Rodoviária Federal - PRF, que devido às especificidades desenvolvidas em suas atividades, apresentaram considerações quanto à utilização do referido sistema.

Ante o exposto, não foram identificadas evidências contábeis de que a implantação do SIADS está operando regularmente com relação às amortizações, no entanto, há previsões a curto prazo para a efetiva funcionalidade do sistema e consequentes ajustes dos registros contábeis de amortizações.

Tabela 08 – Intangível

R\$ milhares

Nome da Conta	Nome do Órgão	JUN/2023	DEZ/2022	AV (%)	AH (%)
Softwares com vida útil definida	Ministério da Justiça e Segurança Pública	86.699	79.873	21,35	8,55
	Polícia Federal	54.920	54.904	13,52	0,03
	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	-	6.281	-	(100,00)
	Fundação Nacional do Índio	9.716	9.570	2,39	1,53
	Polícia Rodoviária Federal	2.002	1.997	0,49	0,26
	Fundo Penitenciário Nacional	1.510	1.510	0,37	0,00
	Fundo Nacional de Segurança Pública	710	710	0,17	0,00
	Total - Softwares com vida útil definida	155.557	154.845	38,31	0,46
Softwares em fase de desenvolvimento	Polícia Federal	4.373	-	1,08	100,00
	Total - Softwares em fase de desenvolvimento	4.373	-	1,08	100,00
Softwares com vida útil indefinida	Polícia Federal	22.273	24.447	5,49	(8,89)
	Ministério da Justiça e Segurança Pública	196.466	137.872	48,38	42,50
	Polícia Rodoviária Federal	-	912	-	(100,00)
	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	6.123	6.123	1,51	0,00
	Fundo Nacional de Segurança Pública	21.528	21.525	5,30	0,01
	Fundação Nacional do Índio	10	10	0,00	0,00
	Fundo Penitenciário Nacional	5.979	5.979	1,47	0,00
	Total - Softwares com vida útil indefinida	252.380	196.869	62,15	28,20
Softwares em fase de desenvolvimento	Polícia Federal	38.706	27.195	9,53	42,33
	Total - Softwares em fase de desenvolvimento	38.706	27.195	9,53	42,33
Concessão de Direito de Uso de Comunicação	Fundação Nacional do Índio	-	18	-	(100,00)
	Total - Concessão de Dir. de Uso de Comunicação	-	18	-	(100,00)
Amortização Acumulada - Softwares com vida útil definida	Polícia Federal	(43.497)	(34.601)	(11)	26
	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	(1.452)	(1.386)	(0)	5
	Total - Amortização Acumulada	(44.949)	(35.987)	(11)	25
Total do Ativo Não Circulante - Intangível		406.066	342.939	100	18,41

Fonte: Siafi.

Nota 05 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo – BP

Tais obrigações, constituem-se em salários, remunerações, benefícios, férias, benefícios assistenciais e previdenciários, a pagar, dentre outros.

No 2º trimestre de 2023, restaram contabilizados R\$ 1.292.676 mil para despesas com pessoal, que representaram 74,66% do total do Passivo Exigível. As obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar em curto prazo e a participação dos órgãos vinculados ao MJSP são evidenciadas na "Tabela 09". Destaca-se a PF com 67,19% (R\$ 868.574 mil) de representatividade, seguida pela PRF com 26,26% (R\$ 339.489 mil).

Registra-se que a Funai não apresentou saldos em 2023, tendo em vista não mais compor a partir do ano de 2023 a estrutura organizacional do MJSP.

Tabela 09 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por órgão

R\$ milhares

Descrição	30/06/2023	31/12/2022	AV %	AH %
Polícia Federal	868.574	506.704	67,19	71,42
Polícia Rodoviária Federal	339.489	275.860	26,26	23,07
Ministério da Justiça e Segurança Pública	82.048	55.869	6,35	46,86
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	2.563	2.109	0,20	21,50
Fundo Nacional de Segurança Pública	2	0	0,00	-
Fundação Nacional do Índio	-	39.246	-	(100,00)
Total	1.292.676	879.787	100,00	46,93

Fonte: Siafi.

Conforme apresentado na “Tabela 10”, a rubrica Salários, Remunerações e Benefícios apresentou 66,74% (R\$ 862.726 mil) do total das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a curto prazo, sendo 56,35% (R\$ 486.182 mil) desse valor, representado pela PF.

No segundo trimestre de 2023, o aumento de 46,93% (R\$ 412.889 mil) na análise horizontal foi impactado em 50,29% (R\$ 207.641 mil) pelos registros contábeis relativos à apropriação e pagamento do “Décimo Terceiro salário a pagar” da PF.

Tabela 10 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por tipo

R\$ milhares

Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo - POR TIPO	30/06/2023	31/12/2022	AV%	AH%
Salários, Remunerações e Benefícios	862.726	716.724	66,74	20,37
Férias a Pagar	197.168	145.647	15,25	35,37
Décimo Terceiro Salário a Pagar	221.831	-	17,16	100,00
Contribuição a Entidades de Previd. Complementar	4.077	3.887	0,32	4,90
Benefícios Previdenciários	3.147	3.410	0,24	(7,72)
Benefícios Assistenciais a Pagar	2.576	4.356	0,20	(40,86)
INSS - Contrib. s/ Salários e Remunerações - Intra	192	107	0,01	79,61
INSS - Contrib. s/ Salários e Remunerações	71	71	0,01	0,00
PSSS - Contrib. s/ Vencimentos e Vantagens - Intra	871	-	0,07	100,00
FGTS	15	22	0,00	(31,39)
INSS - Contrib. s/ Serviços de Terceiros – Intra	3	65	0,00	(95,35)
INSS - Contrib. s/ Serviços de Terc./Contrib. Avulsos	-	26	0,00	(100,00)
Precatórios de Pessoal	-	5.473	0,00	(100,00)
Total Geral	1.292.676	879.787	100,00	46,93

Fonte: Siafi.

Nota 06 – Resultado de Exercícios Anteriores – BP

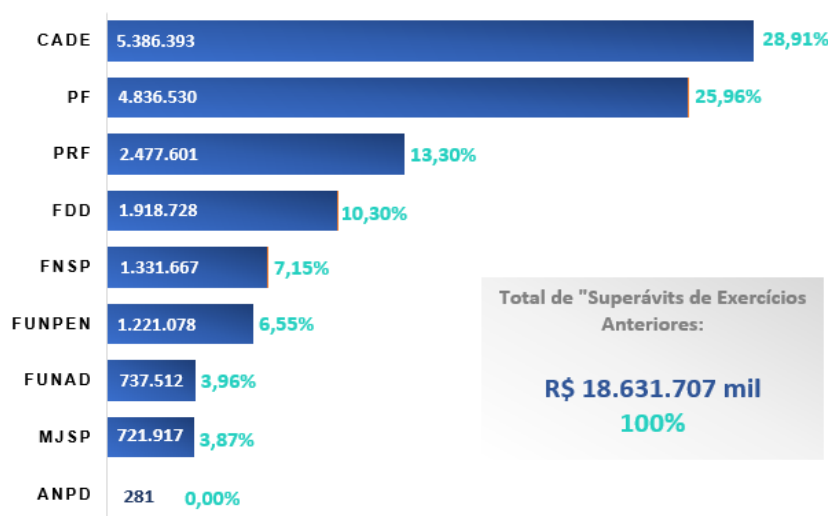
Na análise horizontal de “Resultado de Exercícios Anteriores” do Balanço Patrimonial, no segundo trimestre de 2023 houve queda representativa de -93,21% (R\$ -255.668.910 mil) em relação a dezembro de 2022, justificada majoritariamente pela transferência de R\$ 258.317.813 mil da FUNAI para o Ministério dos Povos Indígenas (Decreto nº 11.355/2023).

Na Análise Vertical, 78,46% (R\$ 14.619.253 mil) do saldo da referida rubrica contábil foram provenientes dos seguintes resultados superavitários por órgão:

- a) 28,91% (R\$ 5.386.393 mil) no CADE;
- b) 25,96% (R\$ 4.836.530 mil) na PF;
- c) 13,30% (R\$ 2.477.601 mil) na PRF, e
- d) 10,30% (R\$ 1.918.728 mil) no FDD.

Os demais órgãos subordinados ao MJSP representaram 21,54% (R\$ 4.012.455 mil) dos Resultados de Exercícios Anteriores” no segundo trimestre de 2023, cuja distribuição pode ser observada a seguir na figura 09.

Figura 09 - Composição de Superávits de Exercícios Anteriores - por órgão



Fonte: Siafi.

Com relação ao total do Passivo e Patrimônio Líquido, na análise vertical do Balanço Patrimonial, o saldo de "Resultado de Exercícios Anteriores" representou 87,64% (R\$ 18.631.707 mil), correspondente a superávits/déficits provenientes de exercícios anteriores, cuja composição por órgão vinculado ao MJSP pode-se observar a seguir na Tabela 11.

Tabela 11 – Superávits ou Déficits Acumulados – composição por órgão

R\$ milhares				
Resultado de Exercícios Anteriores	30/06/2023	31/12/2022	AV %	AH%
Superávits de Exercícios Anteriores				
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	5.386.418	4.200.655	28,91	28,23
Polícia Federal	4.836.530	4.496.475	25,96	7,56
Polícia Rodoviária Federal	2.477.601	2.267.531	13,30	9,26
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	1.918.728	1.077.417	10,30	78,09
Fundo Nacional de Segurança Pública	1.331.667	1.168.450	7,15	13,97
Fundo Penitenciário Nacional	1.221.078	1.287.350	6,55	(5,15)
Fundo Nacional Antidrogas	737.512	566.606	3,96	30,16
Ministério da Justiça e Segurança Pública	635.041	831.468	3,41	(23,62)
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	281	-	0	-
Fundação Nacional do Índio	-	258.317.813	0	(100,00)
Subtotal (A)	18.544.857	274.213.766	99,53	(93,24)
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - Intra OFSS				
Ministério da Justiça e Segurança Pública	86.876	86.876	0,47	0,00
Subtotal (B)	86.876	86.876	0,00	0,00
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - Inter Est				
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	(25) -	(25)	(0,00)	-
Subtotal (C)	(25) -	(25)	(0,00)	-
Total (A+B+C)	18.631.707	274.300.617	100,00	(93,21)

Fonte: Siafi.

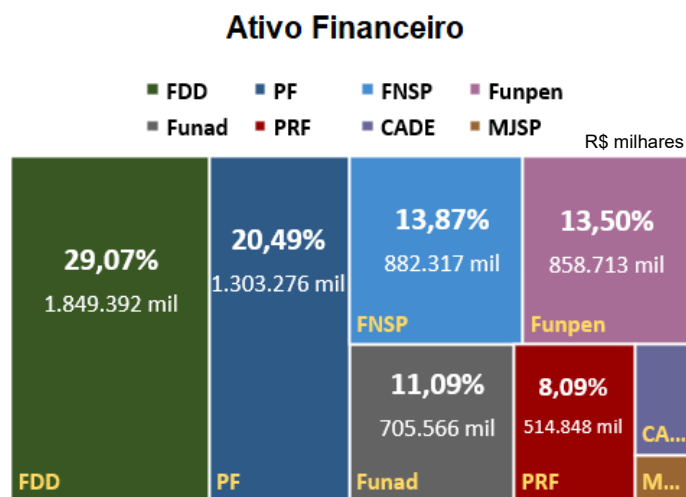
Nota 07 – Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – BP

Ativo Financeiro

Os "Ativos Financeiros", no segundo trimestre de 2023, representaram 29,92% (R\$ 6.361.491 mil) do total de ativos (financeiros e permanentes); compreendendo numerário, créditos e valores realizáveis que não dependem de autorização orçamentária. Estão registrados, conforme apresentado na "Figura 10":

- a) 29,07% (R\$ 1.849.392 mil) no FDD;
- b) 20,49% (R\$ 1.303.276 mil) na PF;
- c) 13,87% (R\$ 882.317 mil) no FNSP;
- d) 13,50% (R\$ 858.713 mil) no Funpen;
- e) 11,09% (R\$ 705.566 mil) no Funad;
- f) 8,09% (R\$ 514.848 mil) na PRF;
- g) 2,74% (R\$ 174.055 mil) no CADE;
- h) 1,15% (R\$ 73.280 mil) no MJSP; e
- i) 0,00% (R\$ 44 mil) na ANPD.

Figura 10 – Composição do Ativo Financeiro – por órgão



Fonte: Siafi.

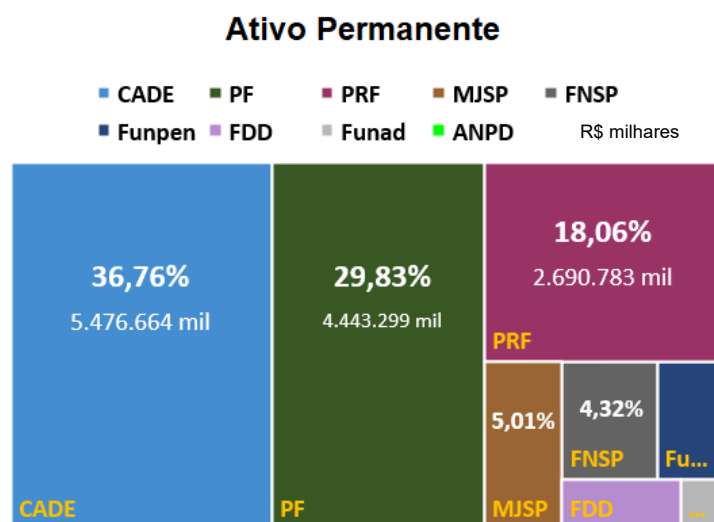
Ativo Permanente

Os "Ativos Permanentes", no segundo trimestre de 2023, com referência ao quarto trimestre de 2022, na análise horizontal, apresentaram queda representativa de 94,54% (R\$ 257.946.321 mil), justificada em 100,16% (R\$ 258.355.150 mil) pela transferência da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) para o Ministério dos Povos Indígenas ([Decreto nº 11.355/2023](#)).

Com relação à representação dos órgãos vinculados ao MJSP, na análise vertical, no segundo trimestre de 2023, R\$ 14.896.704 mil referente ao "Ativo Permanente" foram assim registrados:

- a) 36,76% (R\$ 5.476.664 mil) no CADE;
- b) 29,83% (R\$ 4.443.299 mil) na PF;
- c) 18,06% (R\$ 2.690.783 mil) na PRF;
- d) 5,01% (R\$ 746.089 mil) no MJSP;
- e) 4,32% (R\$ 644.052 mil) no FNSP;
- f) 2,96% (R\$ 440.619 mil) no Funpen;
- g) 2,26% (R\$ 336.253 mil) no FDD;
- h) 0,79% (R\$ 118.044 mil) no Funad; e
- i) 0,01% (R\$ 901 mil) na ANPD.

Figura 11 – Composição do Ativo Permanente – por órgão



Fonte: Siafi.

Destaca-se que no CADE, o “Ativo Permanente” de R\$ 5.476.664 mil refere-se prioritariamente à registros contábeis relativos à dívida ativa não tributária e créditos a receber decorrentes de infrações legais e contratuais. Na PF e PRF, a composição desse grupo de contas refere-se sobretudo a bens móveis e imóveis dos respectivos órgãos.

Passivo Financeiro

No segundo trimestre de 2023, o “Passivo Financeiro” representou 94,79% (R\$ 9.636.371 mil) do total dos passivos financeiros e permanentes, cuja composição por órgão encontra-se detalhada na “Tabela 12” a seguir.

Tabela 12 – Passivo Financeiro – composição total por órgão

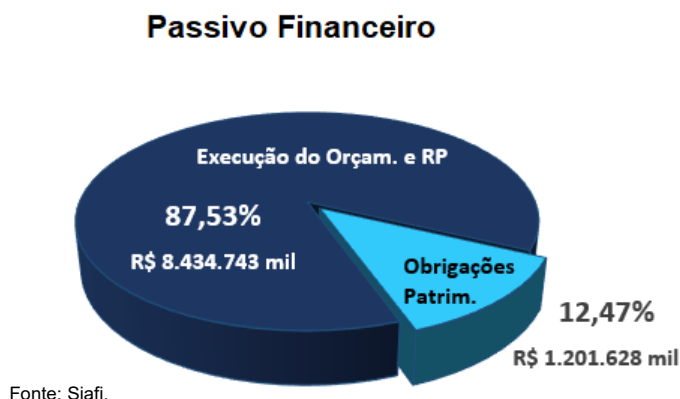
R\$ milhares

Passivo Financeiro - por órgão	30/06/2023	31/12/2022	AV% (JUN/2023)	AH%
Polícia Federal	3.512.247	936.227	36,45	275,15
Polícia Rodoviária Federal	3.485.030	716.801	36,17	386,19
Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.026.706	975.364	10,65	5,26
Fundo Nacional de Segurança Pública	865.227	770.269	8,98	12,33
Fundo Penitenciário Nacional	643.644	711.549	6,68	(9,54)
Fundo Nacional Antidrogas	39.861	42.967	0,41	(7,23)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	35.836	9.889	0,37	262,39
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	25.340	42.545	0,26	(40,44)
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	2.480	-	0,03	-
Fundação Nacional do Índio	-	104.863	0,00	(100,00)
Total Geral	9.636.371	4.310.475	100,00	123,56

Fonte: Siafi.

Os compromissos registrados como passivos financeiros subdividem-se entre execução de orçamento e de restos a pagar e obrigações patronais, cujas representações constam na “Figura 12”.

Figura 12 – Composição do Passivo Financeiro

**Passivo Financeiro – execução do orçamento e de restos a pagar (contas 62 e 63)**

Os passivos financeiros/ orçamentários relativos à execução do orçamento e de restos a pagar representaram 87,53% (R\$ 8.434.743 mil) do total do Passivo Financeiro no segundo trimestre de 2023. Sua distribuição por órgão, detalhada na “Tabela XX”, ocorreu da seguinte forma:

- a) 35,67% (R\$ 3.008.436 mil) na PRF;
- b) 34,50% (R\$ 2.910.296 mil) na PF;
- c) 11,25% (R\$ 949.071 mil) no MJSP;
- d) 10,11% (R\$ 852.921 mil) no FNSP;
- e) 7,32% (R\$ 617.104 mil) no Funpen; e
- f) 1,15% (R\$ 96.915 mil) nos demais órgãos do MJSP.

Ressalta-se que, do referido montante, 74,57% (R\$ 6.289.629 mil) foram decorrentes de créditos empenhados a liquidar.

Tabela 13 – Passivo Financeiro – execução do orçamento e de restos a pagar (contas 62 e 63)

R\$ milhares

<i>Passivo Financeiro - por órgãos e grupos de contas</i>	30/06/2023	31/12/2022	AV% (JUN/2023)	AH%
Polícia Rodoviária Federal	3.008.436	325.776	35,67	823,47
Crédito Empenhado a Liquidar	2.850.087	-	33,79	-
RP Não Processados a Liquidar	133.006	53.906	1,58	146,74
RPNP a Liquidar Bloqueados – Decreto 11.380/23	12.713	-	0,15	-
RPNP a Liquidar Bloqueados – Decreto 93.872/86	12.630	-	0,15	-
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	271.368	0,00	(100,00)
RPNP a Liquidar – Excetuados 67º, Art. 83, LDO/22	-	502	0,00	(100,00)
Polícia Federal	2.910.296	469.391	34,50	520,01
Crédito Empenhado a Liquidar	2.741.829	-	32,51	-
RP Não Processados a Liquidar	111.017	166.546	1,32	(33,34)
RPNP a Liquidar Bloqueados – Decreto 93.872/86	31.412	-	0,37	-
RPNP a Liquidar Bloqueados – Decreto 11.380/23	26.038	-	0,31	-
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	300.060	0,00	(100,00)
RPNP a Liquidar – Excetuados 67º, Art. 83, LDO/22	-	2.786	0,00	(100,00)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	949.071	918.925	11,25	3,28
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	301.767	0,00	(100,00)
Crédito Empenhado a Liquidar	298.315	-	3,54	-
RPNP a Liquidar Bloqueados – Decreto 11.380/23	1.539	-	0,02	-
RPNP a Liquidar Bloqueados – Decreto 93.872/86	17.797	-	0,21	-
RPNP a Liquidar – Excetuados 67º, Art. 83, LDO/22	-	102.180	0,00	(100,00)
RP Não Processados a Liquidar	631.421	514.978	7,49	22,61

Fundo Nacional de Segurança Pública	852.921	758.927	10,11	12,39
RP Não Processados a Liquidar	547.074	132.213	6,49	313,78
Crédito Empenhado a Liquidar	269.116	-	3,19	-
RPNP a Liquidar Bloqueados – Decreto 93.872/86	36.732	-	0,44	-
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	509.426	0,00	(100,00)
RPNP a Liquidar – Excetuados �7� Art. 83 LDO/22	-	117.289	0,00	(100,00)
Fundo Penitenciário Nacional	617.104	584.830	7,32	5,52
RP Não Processados a Liquidar	262.486	323.799	3,11	(18,94)
RPNP a Liquidar Bloqueados – Decreto 93.872/86	260.414	-	3,09	-
Crédito Empenhado a Liquidar	94.204	-	1,12	-
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	209.367	0,00	(100,00)
RPNP a Liquidar – Excetuados �7� Art. 83 LDO/22	-	51.664	0,00	(100,00)
Fundo Nacional Antidrogas	39.861	42.967	0,47	(7,23)
RP Não Processados a Liquidar	32.097	9.207	0,38	248,62
RPNP a Liquidar Bloqueados – Decreto 93.872/86	4.281	-	0,05	-
Crédito Empenhado a Liquidar	3.483	-	0,04	-
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	33.760	0,00	(100,00)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	34.192	8.709	0,41	292,61
Crédito Empenhado a Liquidar	30.826	-	0,37	-
RP Não Processados a Liquidar	2.216	1.632	0,03	35,76
RPNP a Liquidar Bloqueados – Decreto 93.872/86	1.150	-	0,01	-
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	7.076	0,00	(100,00)
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	20.390	39.934	0,24	(48,94)
RP Não Processados a Liquidar	18.914	6.292	0,22	200,60
RPNP a Liquidar Bloqueados – Decreto 93.872/86	1.477	-	0,02	-
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	13.060	0,00	(100,00)
RPNP a Liquidar – Excetuados �7� Art. 83 LDO/22	-	20.582	0,00	(100,00)
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	2.471	-	0,03	-
Crédito Empenhado a Liquidar	1.769	-	0,02	-
RP Não Processados a Liquidar	702	-	0,01	-
Fundação Nacional dos Povos Indígenas	-	74.011	0,00	(100,00)
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	49.556	0,00	(100,00)
RP Não Processados a Liquidar	-	24.455	0,00	(100,00)
Total Geral	8.434.743	3.223.471	100,00	161,67

Passivo Financeiro – obrigações patrimoniais (contas 21 e 22)

Os passivos financeiros referentes às obrigações patrimoniais, representaram 12,47% (R\$ 1.201.628 mil) do Passivo Financeiro no segundo trimestre de 2023, assim registrados:

- a) 50,09% (R\$ 601.951 mil) na PF;
- b) 39,66% (R\$ 476.594 mil) na PRF;
- c) 6,46% (R\$ 77.635 mil) no MJSP;
- d) 2,21% (R\$ 26.540 mil) no Funpen; e
- e) 1,57% (R\$ 18.908 mil) nos demais órgãos do MJSP.

Conforme pode-se observar, os  rg os PF, PRF totalizaram 89,76% (R\$ 1.078.545 mil) do montante das referidas obrigações patrimoniais.

Destaca-se que os “Salários, Remunerações e Benefícios” representaram 71,79% (R\$ 862.658 mil) das obrigações patrimoniais.

Tabela 14 – Passivo Financeiro – obrigações patrimoniais (contas 21 e 22)

R\$ milhares

<i>Passivo Financeiro - por órgãos e grupos de contas representativas</i>	30/06/2023	31/12/2022	AV % (JUN/2023)	AH%
Polícia Federal	601.951	466.836	50,09	28,94
Salários, Remunerações e Benefícios	486.146	383.077	40,46	26,91
Polícia Rodoviária Federal	476.594	391.025	39,66	21,88
Salários, Remunerações e Benefícios	335.503	271.855	27,92	23,41
Ministério da Justiça e Segurança Pública	77.635	56.439	6,46	37,56
Salários, Remunerações e Benefícios	39.832	37.657	3,31	5,78
Fundação Penitenciário Nacional	26.540	126.719	2,21	(79,06)
Fundo Nacional de Segurança Pública	12.306	11.342	1,02	8,50
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	4.950	2.611	0,41	89,54
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	1.643	1.180	0,14	39,28
Salários, Remunerações e Benefícios	1.177	888	0,10	32,53
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	9	-	0,00	-
Fundo Nacional Antidrogas	-	-	-	-
Fundação Nacional dos Povos Indígenas	-	30.852	-	(100,00)
Salários, Remunerações e Benefícios	-	23.210	-	(100,00)
Total Geral	1.201.628	1.087.003	100,00	10,54

Fonte: Siafi.

Passivo Permanente

No segundo trimestre de 2023, na composição do Passivo Permanente – R\$ 529.808 mil, destaca-se a representação da PF, totalizando 72,24% (R\$ 382.714 mil); sendo R\$ 376.727 mil, ou seja, 71,11% do referido montante, decorrente de salários, remunerações, benefícios, décimo terceiro salário a pagar e férias a pagar. A PRF totalizou 13,31% (R\$ 70.500 mil) decorrentes de transferências financeiras a comprovar – TED. Ambos os órgãos somaram 85,54% (R\$ 453.214 mil) do Passivo Permanente. Observa-se a distribuição por órgão na "Tabela 15".

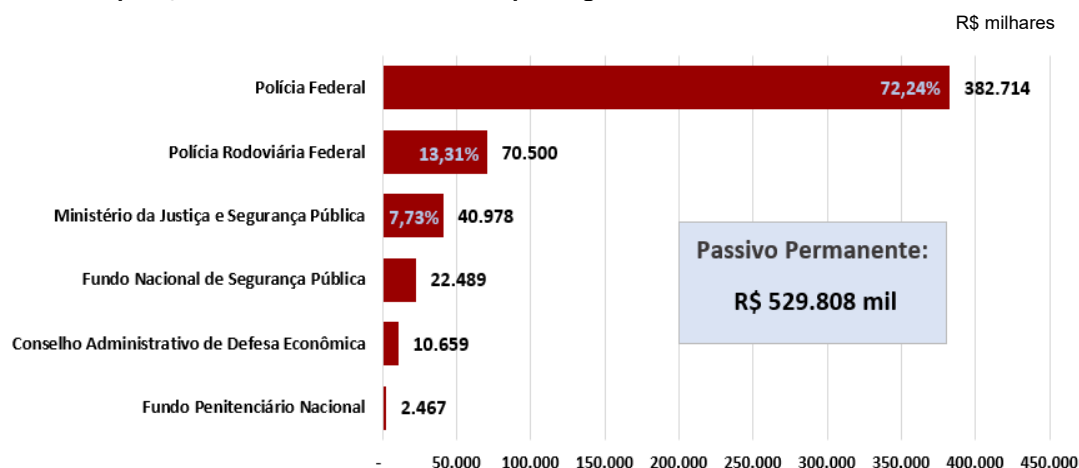
Tabela 15 – Passivo Permanente – composição por órgão

R\$ milhares

<i>Passivo Permanente – por órgão</i>	30/06/2023	31/12/2022	AV% (JUN/2023)	AH%
Polícia Federal	382.714	122.852	72,24%	211,52
Polícia Rodoviária Federal	70.500	67.792	13,31%	3,99
Ministério da Justiça e Segurança Pública	40.978	26.184	7,73%	56,50
Fundo Nacional de Segurança Pública	22.489	21.898	4,24%	2,70
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	10.659	10.476	2,01%	1,75
Fundo Penitenciário Nacional	2.467	2.456	0,47%	0,48
Fundação Nacional dos Povos Indígenas	-	35.059	0,00%	(100,00)
Total Geral	529.808	286.717	100,00%	84,78

Fonte: Siafi.

Figura 13 – Composição do Passivo Permanente – por órgão



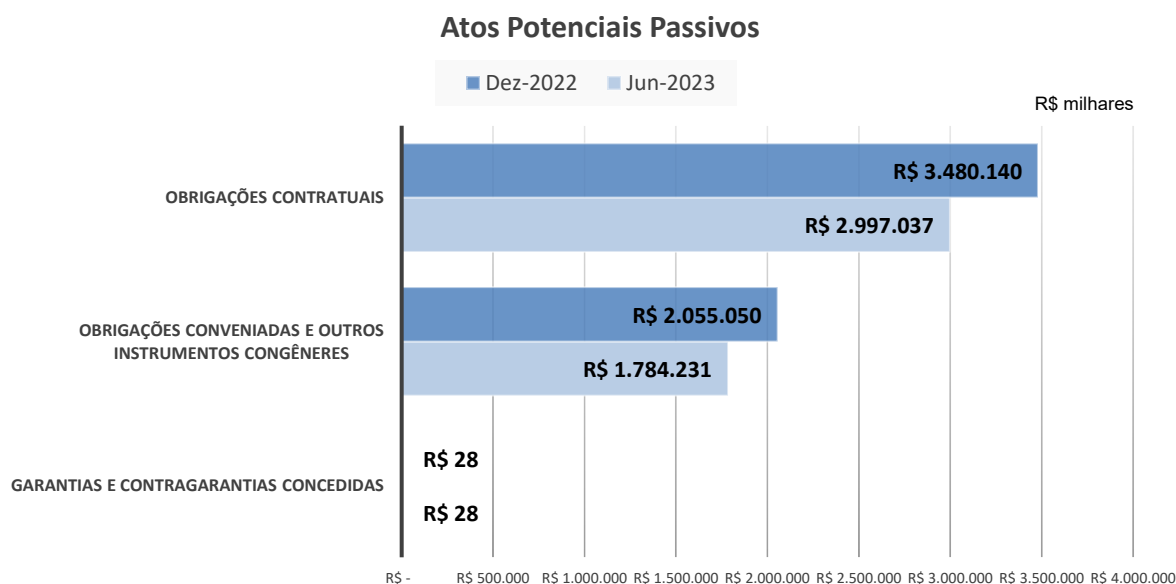
Fonte: Siafi.

Nota 08 – Quadro de Compensações – Atos Potenciais Passivos – BP

São representados pela execução dos atos e fatos que possam vir a aumentar o passivo ou diminuir o ativo da entidade governamental. Contemplam os registros dos valores dos convênios e outros instrumentos congêneres firmados entre entidades e os registros provenientes dos valores de obrigações contratuais em que a administração pública é a contratante.

No 2º trimestre de 2023, os Atos Potenciais Passivos apresentaram saldo de R\$ 4,71 bilhões, sendo, desse valor, 62,68% (R\$ 2.997.037 mil) relativo à rubrica Obrigações Contratuais e 37,32% (R\$ 1.784.231 mil) de Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres.

Figura 14 – Atos Potenciais Passivos – por item



Fonte: Siafi.

A rubrica Obrigações Contratuais contempla os contratos em que a administração pública participa como contratante. Na “Tabela 16”, os contratos de serviços apresentaram maior representatividade, 61,64% (R\$ 1.847.371 mil) dos contratos em execução, seguidos dos contratos de fornecimentos de bens por terceiros à administração pública, com 33,90% (R\$ 1.015.881 mil).

Tabela 16 - Obrigações Contratuais – por modalidade

R\$ milhares

Obrigações contratuais – por modalidade	30/06/2023	31/12/2022	AV %	AH %
Contratos de Serviços	1.847.371	2.202.972	61,64	(16,14)
Contratos de Fornecimento de Bens	1.015.881	1.103.869	33,90	(7,97)
Contratos de Aluguéis	125.809	165.471	4,20	(23,97)
Contratos de Seguros	6.926	6.675	0,23	3,75
Acordo Transf. Recursos p/Org. Internacionais	1.050	1.050	0,04	0,00
Execução de Contrato de Gestão	-	103	0,00	(100,00)
Total	2.997.037	3.480.140	100,00	(13,88)

Fonte: Siafi.

Na “Tabela 17”, referente ao segundo trimestre de 2023, destaca-se a PF com 52,53% (R\$ 1.574.304 mil) das obrigações contratuais. Desse valor, 69,03% (R\$ 1.086.685 mil) trata dos contratos de serviços em que a PF é a contratante.

Na análise horizontal, a redução de 13,88%, em relação ao exercício anterior, na conta contábil Obrigações Contratuais, foi impactada, principalmente, pela saída da Funai da estrutura organizacional do MJSP e redução em 38,71% (R\$ 162.222 mil) dos contratos da PF com a Casa da Moeda do Brasil CMB.

Tabela 17 - Obrigações Contratuais – por órgão contratante

R\$ milhares

Obrigações contratuais – por órgão contratante	30/06/2023	31/12/2022	AV %	AH %
PF	1.574.304	1.794.115	52,53	(12,25)
FNSP	481.305	491.625	16,06	(2,10)
PRF	417.484	397.243	13,93	5,10
MJSP	330.323	337.000	11,02	(1,98)
FUNPEN	100.520	87.766	3,35	14,53
CADE	82.431	75.272	2,75	9,51
FDD	10.631	10.787	0,35	(1,44)
ANPD	39	-	0,00	100,00
FUNAI	-	286.333	0,00	(100,00)
Total	2.997.037	3.480.140	100,00	(13,88)

Fonte: Siafi.

Em seguida, a “Tabela 18” apresenta os 10 (dez) contratados com os valores mais expressivos, representando 36,59% (R\$ 1.096.700 mil) em relação ao total das obrigações contratuais.

Tabela 18 - Obrigações Contratuais – por contratado

R\$ milhares

Obrigações contratuais – por contratado	30/06/2023	AV %
Casa da Moeda do Brasil CMB	256.878	8,57
General Motors do Brasil Ltda	188.414	6,29
Serpro - Sede - Brasília	183.825	6,13
Iafis Systems do Brasil Eireli	108.780	3,63
Antonio Amaral Vilas Boas Neto	81.860	2,73
Multibrasil Construção Ltda	74.593	2,49
Caixa Econômica Federal	55.840	1,86
Resource Tecnologia e Informática Ltda	52.152	1,74
Helisul Táxi Aéreo Ltda	49.061	1,64
Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda	45.297	1,51
Demais saldos (2.252 contratados)	1.900.337	63,41
Total	2.997.037	100,00

Fonte: Siafi.

Apresenta-se, na “Tabela 19”, a composição do saldo da conta contábil Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres. Destaca-se o MJSP, com 37,68% (R\$ 672.303 mil) na Execução de Convênios e Outros Instrumentos Congêneres e o FDD, com 10,97% (R\$ 195.776 mil) na execução dos Termos de Execução Descentralizada.

Tabela 19 - Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres – por modalidade

R\$ milhares

Conta contábil	30/06/2023	31/12/2022	AV %	AH %
Execução de Convênios e Outros Instrumentos Congêneres	1.491.722	1.721.989	83,61	(13,37)
MJSP	672.303	812.659	37,68	(17,27)
FUNPEN	522.598	584.242	29,29	(10,55)
FNSP	220.335	231.352	12,35	(4,76)
FUNAD	45.246	50.976	2,54	(11,24)
FDD	31.239	38.200	1,75	(18,22)
FUNAI	0	4.559	0,00	(100,00)
Termo de Execução Descentralizada	292.509	333.061	16,39	(12,18)
FDD	195.776	220.564	10,97	(11,24)
FNSP	31.106	37.780	1,74	(17,66)
FUNAD	22.679	23.453	1,27	(3,30)
PF	18.613	20.072	1,04	(7,27)
PRF	10.575	11.370	0,59	(7,00)
CADE	5.594	4.664	0,31	19,92
FUNPEN	4.507	9.505	0,25	(52,58)
MJSP	3.659	5.651	0,21	(35,25)
Total	1.784.231	2.055.050	100,00	(13,18)

Fonte: Siafi.

Nota 09 – Pessoal e Encargos – DVP

No segundo trimestre de 2023, a rubrica "Pessoal e Encargos" apresentou 15,51% (R\$ 4.089.503 mil) das Variações Patrimoniais Diminutivas, sendo representada, em maior proporção, pelos gastos com pessoal e encargos alusivos à Polícia Federal, que apresentou 58,51% (R\$ 1.866.144 mil) e pela Polícia Rodoviária Federal, com 35,85% (R\$ 1.466.069 mil). Somando, ambas, 94,36% (R\$ 3.858.874 mil), conforme "Tabela 20".

Nesse sentido, os órgãos referenciados representaram, na conta Remuneração a Pessoal, 72,76% (R\$ 2.975.381 mil) do saldo da rubrica Pessoal e Encargos. O maior destaque ocorreu na PF, com 45,63% (R\$ 1.866.144 mil) em relação ao total da rubrica.

Cabe informar que a Funai apresentou os saldos zerados em 2023, tendo em vista não mais compor a estrutura organizacional do MJSP.

Tabela 20 – Pessoal e Encargos – Por Órgão

R\$ milhares

Pessoal e Encargos	30/06/2023	30/06/2022	AV (%)	AH (%)
Polícia Federal	2.392.806	2.155.285	58,51	11,02
Remuneração a Pessoal	1.866.144	1.685.961	45,63	10,69
Encargos Patronais	391.686	385.967	9,58	1,48
Benefícios a Pessoal	122.178	70.101	2,99	74,29
Outras VPD - Pessoal e Encargos	12.797	13.255	0,31	(3,46)
Polícia Rodoviária Federal	1.466.069	1.512.784	35,85	(3,09)
Remuneração a Pessoal	1.109.237	1.155.704	27,12	(4,02)
Encargos Patronais	258.025	247.246	6,31	4,36
Benefícios a Pessoal	97.801	107.204	2,39	(8,77)
Outras VPD - Pessoal e Encargos	1.007	2.630	0,02	(61,71)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	223.811	228.853	5,47	(2,20)
Remuneração a Pessoal	169.646	178.645	4,15	(5,04)
Encargos Patronais	26.879	26.273	0,66	2,31
Benefícios a Pessoal	18.612	15.295	0,46	21,69
Outras VPD - Pessoal e Encargos	8.675	8.640	0,21	0,41
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	6.815	6.664	0,17	2,26
Remuneração a Pessoal	5.589	5.278	0,14	5,90
Encargos Patronais	593	642	0,01	(7,70)
Benefícios a Pessoal	396	278	0,01	42,19
Outras VPD - Pessoal e Encargos	237	466	0,01	(49,07)
Fundo Penitenciário Nacional	3	0	0,00	100,00

Encargos Patronais	3	0	0,00	100,00
Fundação Nacional do Índio	-	111.581	-	(100,00)
Remuneração a Pessoal	-	89.394	-	(100,00)
Encargos Patronais	-	16.013	-	(100,00)
Benefícios a Pessoal	-	5.634	-	(100,00)
Outras VPD - Pessoal e Encargos	-	540	-	(100,00)
Total Geral	4.089.503	4.015.168	100,00	1,85

Fonte: Siafi.

Na “Tabela 21”, a rubrica Benefícios a Pessoal, que compreende o valor total das variações patrimoniais diminutivas com benefícios a servidor público, representou 5,84% (R\$ 238.986 mil) do saldo da conta contábil Pessoal e Encargos. Destaca-se, a PF, nas contas Auxílio-Alimentação, com 20,83% (R\$ 49.780 mil); e Auxílio Moradia RPPS, com 14,55% (R\$ 34.777 mil). E a PRF, nas contas Auxílio-Alimentação, com 18,41% (R\$ 44.001 mil); e Indenização – Repressão Delitos Fronteiriços, com 9,62% (R\$ 22.993 mil).

Na análise horizontal, o aumento de 20,39% (R\$ 40.473 mil) em relação ao mesmo período do exercício anterior, foi representado em 84,82% (R\$ 34.330 mil) pela PF, impactado pelos registros contábeis relativos à indenização de moradia no país e exterior (adido e oficial de ligação), na rubrica Auxílio Moradia RPPS, nos termos dos artigos 60-A a 60-E, da Lei nº 8.112/90.

Tabela 21 – Benefícios a Pessoal

R\$ milhares

Benefícios a Pessoal	30/06/2023	30/06/2022	AV (%)	AH (%)
Polícia Federal	122.178	70.101	51,12	74,29
Auxílio Alimentação	49.780	38.134	20,83	30,54
Auxílio Moradia RPPS	34.777	447	14,55	7.679,34
Indenização - Repressão Delitos Fronteiriços	21.220	17.571	8,88	20,77
Retribuição em Serviços no Exterior	10.449	8.036	4,37	30,03
Auxílio Creche	4.448	4.419	1,86	0,64
Auxílio Transporte	1.254	1.391	0,52	(9,80)
Ajuda de Custo	142	-	0,06	100,00
Sentenças Judiciais	108	103	0,05	5,14
Indenização de Transporte - RPPS	0	-	0,00	100,00
Polícia Rodoviária Federal	97.801	107.204	40,92	(8,77)
Auxílio Alimentação	44.001	35.505	18,41	23,93
Indenização - Repressão Delitos Fronteiriços	22.993	20.849	9,62	10,28
Indenização por Trabalho em Período de Repouso	18.768	33.547	7,85	(44,05)
Auxílio Creche	5.845	5.497	2,45	6,33
Auxílio Transporte	2.898	1.594	1,21	81,83
Sentenças Judiciais	1.939	9.362	0,81	(79,29)
Retribuição em Serviços no Exterior	1.038	463	0,43	124,28
Auxílio Moradia RPPS	174	245	0,07	(29,00)
Outros Benefícios a Pessoal - RPPS	146	145	0,06	1,36
Ministério da Justiça e Segurança Pública	18.612	15.295	7,79	21,69
Auxílio Alimentação	8.176	7.141	3,42	14,50
Auxílio Transporte	6.821	4.451	2,85	53,25
Ajuda de Custo	1.633	862	0,68	89,40
Auxílio Creche	1.049	1.014	0,44	3,40
Auxílio Moradia RPPS	850	570	0,36	49,19
Retribuição em Serviços no Exterior	47	48	0,02	(1,61)
Outros Benefícios a Pessoal - RGPS	27	0	0,01	7.604,10
Outros Benefícios a Pessoal - RPPS	8	1.206	0,00	(99,32)
Sentenças Judiciais	-	2	-	(100,00)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	396	278	0,17	42,19
Auxílio Alimentação	246	205	0,10	19,96
Ajuda de Custo	67	3	0,03	2.371,19
Auxílio Moradia RGPS	35	6	0,01	515,28
Auxílio Creche	29	24	0,01	19,83
Auxílio Transporte	12	26	0,00	(54,78)
Auxílio Moradia RPPS	8	16	0,00	(50,00)
Fundação Nacional do Índio	-	5.634	-	(100,00)
Auxílio Alimentação	-	4.570	-	(100,00)

Auxílio Creche	-	323	-	(100,00)
Auxílio Moradia RPPS	-	171	-	(100,00)
Auxílio Transporte	-	437	-	(100,00)
Sentenças Judiciais	-	134	-	(100,00)
Total Geral	238.986	198.513	100,00	20,39

Fonte: Siafi.

Nota 10 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais – DVP

No âmbito do MJSP, representam as aposentadorias, pensões e outros benefícios de caráter contributivo, assegurados pela previdência social com o objetivo de garantir meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada e tempo de serviço ou garantir renda aos dependentes do segurado falecido.

No segundo trimestre de 2023, a conta contábil Benefícios Previdenciários e Assistenciais, representou 8,49% (R\$ 2.238.113 mil) das Variações Patrimoniais Diminutivas. Sendo, o seu saldo, composto pelas rubricas Aposentadorias, Pensões e Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais, conforme “Tabela 22”.

Destaca-se, de acordo com a “Tabela 22”, as aposentadorias abrangidas pelo RPPS (Regime Próprio da Previdência Social), que é específico para servidores públicos concursados, titulares de cargo efetivo, com 71,42% (R\$ 1.598.389 mil) e as pensões civis, igualmente abrangidas pelo RPPS, pagas aos dependentes, com 24,92% (R\$ 557.848 mil).

Tabela 22 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais – por conta contábil

R\$ milhares				
Conta contábil	30/06/2023	30/06/2022	AV (%)	AH (%)
Aposentadorias e Reformas	1.598.389	1.683.079	71,42	(5,03)
Proventos - Pessoal Civil	1.513.963	1.528.303	67,64	(0,94)
13º Salário - Pessoal Civil 16/91	73.377	134.438	3,28	(45,42)
Gratificações	6.831	11.065	0,31	(38,26)
Sentenças Judiciais - Aposentadorias RPPS	2.606	1.913	0,12	36,22
Demais Vantagens Pecuniárias	1.611	1.631	0,07	(1,21)
Complementação de Aposentadoria Pessoal Civil	0	11	0,00	(95,58)
Licença Prêmio para Inativo Civil		5.718	0,00	(100,00)
Pensões	592.189	597.683	26,46	(0,92)
Pensões Civis	557.848	566.101	24,92	(1,46)
13º Salário - Pessoal Civil - Pensionistas	26.971	31.045	1,21	(13,12)
Complementação de Pensões Pessoal Civil	6.036	-	0,27	100,00
Sentenças Judiciais - Pensões RPPS	1.028	231	0,05	344,19
Outras Pensões	257	278	0,01	(7,55)
Pensões Indenizatórias - Legislação Especial	34	25	0,00	36,12
13º Salário - Pessoal Militar - Pensionistas	15	2	0,00	586,94
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	47.534	47.247	2,12	0,61
Assistência à Saúde	43.529	43.269	1,94	0,60
Auxílio-Funeral	2.177	2.544	0,10	(14,42)
Salário-Família	1.677	1.307	0,07	28,28
Auxílio-Natalidade	150	127	0,01	18,87
Total Geral	2.238.113	2.328.009	100,00	(3,86)

Fonte: Siafi.

A seguir, a “Tabela 23” evidencia a variação patrimonial diminutiva em relação aos órgãos vinculados ao MJSP. Destacam-se a PF que apresentou 57,10% (R\$ 1.277.859 mil), seguida pela PRF, com 40,05% (R\$ 896.408 mil).

Ressalta-se, ainda, que na análise da variação horizontal, a diminuição de -3,86% (R\$ 89.896 mil), foi impactada, principalmente, pela ausência, em 2023, dos saldos da Funai, que não mais compõe a estrutura organizacional do MJSP.

Tabela 23 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais – por órgão

R\$ milhares

Órgão	30/06/2023	30/06/2022	AV (%)	AH (%)
PF	1.277.859	1.230.662	57,10	3,84
Aposentadorias e Reformas	925.404	888.892	41,35	4,11
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	21.564	21.975	0,96	(1,87)
Pensões	330.892	319.795	14,78	3,47
PRF	896.408	924.700	40,05	(3,06)
Aposentadorias e Reformas	637.375	675.811	28,48	(5,69)
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	23.089	22.439	1,03	2,90
Pensões	235.944	226.450	10,54	4,19
MJSP	63.433	70.820	2,83	(10,43)
Aposentadorias e Reformas	35.240	42.588	1,57	(17,25)
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.839	1.430	0,13	98,58
Pensões	25.354	26.802	1,13	(5,40)
CADE	412	436	0,02	(5,34)
Aposentadorias e Reformas	371	391	0,02	(5,14)
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	42	45	0,00	(7,05)
FUNAI	0	101.391	0,00	(100,00)
Aposentadorias e Reformas	-	75.397	0,00	(100,00)
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	1.359	0,00	(100,00)
Pensões	-	24.636	0,00	(100,00)
Total Geral	2.238.113	2.328.009	100,00	(3,86)

Fonte: Siafi.

Nota 11 – Demais Receitas Patrimoniais – BO

No 2º trimestre de 2023, a rubrica Demais Receitas Patrimoniais representou 44,33% (R\$ 1.242.955 mil) em relação ao total das receitas correntes realizadas. A totalidade do saldo abarca receita de concursos de prognósticos, que são todos e quaisquer concursos de sorteios de números, loterias, apostas, inclusive as realizadas em reuniões hípias, geridos pela Caixa Econômica Federal. Essas receitas são previstas no Capítulo III da Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018, onde também são estabelecidos os percentuais de destinação do produto da arrecadação de acordo com o tipo de loteria.

Em destaque na Tabela 24, o Fundo Nacional de Segurança Pública representou 90,18% (R\$ 1.120.866) das "Demais Receitas Patrimoniais", sendo 88,53% (R\$ 1.100.427 mil) provenientes de receitas líquidas realizadas pela participação da União em loteria de prognósticos numéricos.

Tabela 24 – Demais Receitas Patrimoniais – por órgão

R\$ milhares

Receita Orçamentária Líquida Realizada	30/06/2023	AV (%)
Fundo Nacional de Segurança Pública	1.120.866	90,18
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognósticos Numéricos	1.100.427	88,53
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	8.657	0,70
Participação da União em Receita de Loteria Federal	6.610	0,53
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	5.172	0,42
Fundo Penitenciário Nacional	122.089	9,82
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognósticos Numéricos	118.837	9,56
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	1.731	0,14
Participação da União em Receita de Loteria Federal	1.071	0,09
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	450	0,04
Total	1.242.955	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 12 – Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO

No 2º trimestre de 2023, as receitas realizadas registradas na rubrica contábil “Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais” apresentou o saldo de 27,84% (R\$ 780.549 mil) em relação ao total das receitas correntes realizadas. Conforme “Tabela 25” destaca-se a PRF, com 73,59% (R\$ 574.426 mil) das receitas realizadas, seguida pelo FDD, com 23,08% (R\$ 180.188 mil).

Tabela 25 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – por órgão

R\$ milhares

Receita Orçamentária Líquida – por órgão	30/06/2023	AV (%)
Polícia Rodoviária Federal	574.426	73,59
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	180.188	23,08
Polícia Federal	15.934	2,04
Fundo Penitenciário Nacional	9.425	1,21
Fundo Nacional de Segurança Pública	372	0,05
Fundo Nacional Antidrogas	204	0,03
Total	780.549	100,00

Fonte: Siafi.

A receita líquida orçamentária relativa à rubrica Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB, arrecadadas pela PRF, representaram 73,11% (R\$ 570.629 mil) do total da receita orçamentária, contabilizada em “Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais”, conforme evidenciado na “Tabela 26”. Nesse sentido, as Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos, arrecadadas pelo FDD, representaram 23,08% (R\$ 180.188 mil) e têm por finalidade promover ações de reparação e de prevenção de danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

A PRF e o FDD somaram 96,19% (R\$ 750.817 mil) das receitas correntes relativas à conta contábil Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais.

Tabela 26 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – por conta contábil

R\$ milhares

Receita Orçamentária Líquida – conta contábil	30/06/2023	AV(%)
Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB	570.629	73,11
Polícia Rodoviária Federal	570.629	73,11
Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	180.188	23,08
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	180.188	23,08
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	9.425	1,21
Fundo Penitenciário Nacional	9.425	1,21
Multas Previstas em Legislação Específica	19.279	2,47
Polícia Federal	15.812	2,03
Polícia Rodoviária Federal	2.921	0,37
Fundo Nacional de Segurança Pública	372	0,05
Fundo Nacional Antidrogas	173	0,02
Multas Previstas na Legislação Antidrogas	151	0,02
Polícia Federal	121	0,02
Fundo Nacional Antidrogas	30	0,00
Multas e Juros Previstos em Contratos	876	0,11
Polícia Rodoviária Federal	876	0,11
Total	780.549	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 13 – Resultado Orçamentário – BO

O Resultado Orçamentário é o confronto entre a receita arrecadada e a despesa empenhada. O resultado orçamentário do MJSP, de R\$ -10.922.343 mil, no segundo trimestre de 2023, foi impactado em 58,99% (R\$ -6.442.911 mil) pela PF e em 45,84% (R\$ -5.006.325 mil) pela PRF, conforme demonstrado na “Tabela 27” abaixo. Ambos os órgãos somaram 104,82% (R\$ -11.449.236 mil) do déficit apresentado pelo MJSP.

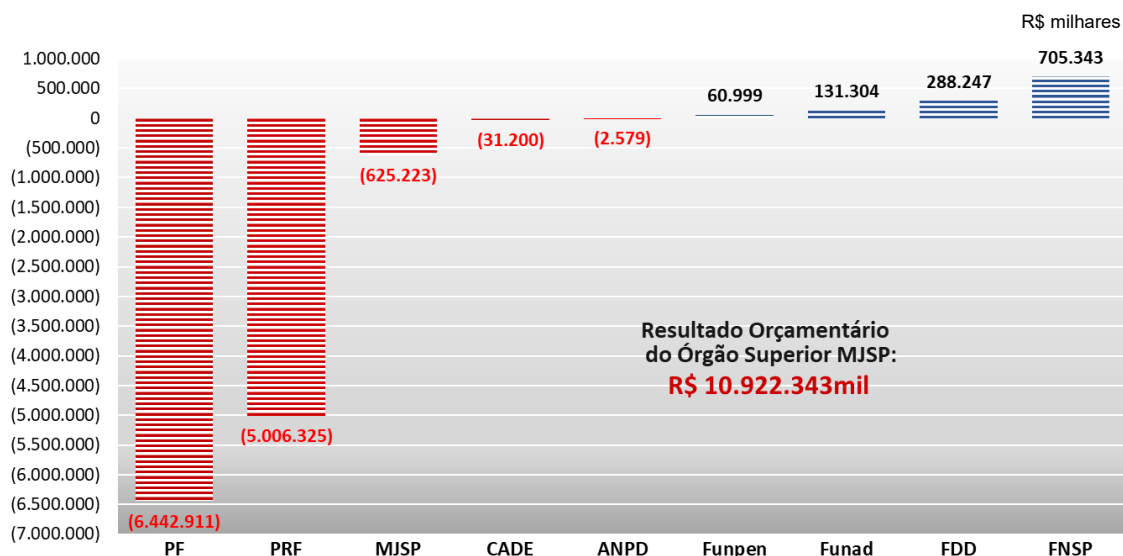
Tabela 27 – Resultado Orçamentário

R\$ milhares

Órgão	Receita Orçamentária (Líquida)	Despesas Empenhadas	Resultado Orçamentário	AV%
Polícia Federal	402.953	6.845.863	(6.442.911)	58,99
Polícia Rodoviária Federal	587.773	5.594.098	(5.006.325)	45,84
Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.678	626.901	(625.223)	5,72
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	21.210	52.410	(31.200)	0,29
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	0	2.579	(2.579)	0,02
Fundo Penitenciário Nacional	196.216	135.216	60.999	(0,56)
Fundo Nacional Antidrogas	135.552	4.247	131.304	(1,20)
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	288.247	0	288.247	(2,64)
Fundo Nacional de Segurança Pública	1.174.652	469.309	705.343	(6,46)
Total	2.808.281	13.730.624	(10.922.343)	100,00

Fonte: Siafi.

Figura 15 – Resultado Orçamentário – por órgão

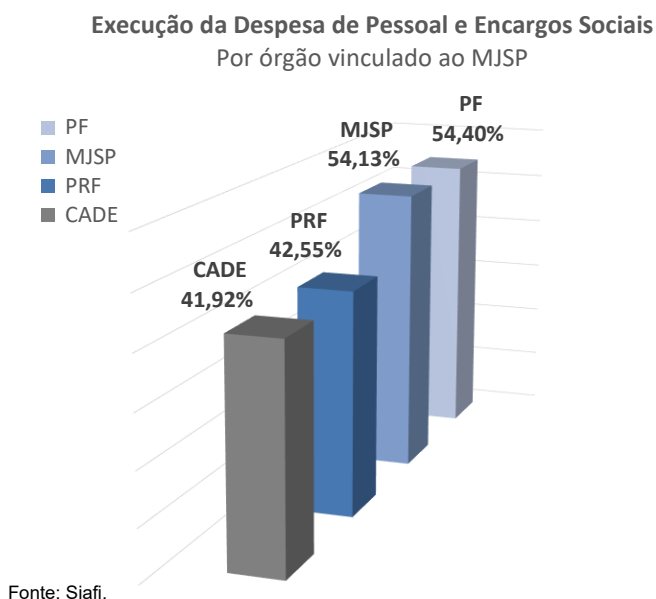


Fonte: Siafi.

Nota 14 – Pessoal e Encargos Sociais – BO

No segundo trimestre de 2023, do total das despesas empenhadas R\$ 10.515.580 mil com "Pessoal e Encargos Sociais, 49,00% (R\$ 5.153.052 mil) foram efetivamente pagas, podendo ser verificado na "Tabela 28". O percentual das despesas pagas em relação ao empenhado, de cada órgão, são evidenciados pela "Figura 16", onde destaca-se a PF, com 54,40% de execução, seguido pelo MJSP, com 54,13%.

Figura 16 – Execução da Despesa de Pessoal e Encargos Sociais – Por Órgão



Na “Tabela 28”, pode-se verificar que a rubrica Vencimentos e Vantagens Fixas apresentou maior percentual de execução das despesas, com 57,44% e, também, o maior volume empenhado, com 43,91% em relação às demais despesas.

Em relação ao volume de despesas empenhadas, a PF foi responsável pelo maior volume, com 50,89% (R\$ 5.351.252 mil), seguida pela PRF, com 45,35% (R\$ 4.769.039 mil). Nesse sentido, ambos os órgãos somaram 96,24% (R\$ 10.120.291 mil) do total das despesas empenhadas.

Tabela 28 – Despesa de Pessoal e Encargos Sociais – Por Órgão

R\$ milhares

CONTA CONTÁBIL	DESPESA EMPENHADA	AV (%)	DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR	DESPESA LIQUIDADA A PAGAR	DESPESA LIQUIDADA PAGA	AV (%)	EXECUÇÃO (%)
Vencimentos e Vantagens Fixas	4.617.889	43,91	1.493.899	471.354	2.652.635	51,48	57,44
PRF	2.392.532	22,75	1.200.865	177.443	1.014.224	19,68	42,39
PF	2.021.471	19,22	246.890	266.485	1.508.096	29,27	74,60
MJSP	194.183	1,85	41.679	26.285	126.219	2,45	65,00
CADE	9.703	0,09	4.465	1.141	4.096	0,08	42,22
Aposentadorias e Pensões	4.341.192	41,28	2.073.920	466.722	1.800.549	34,94	41,48
PF	2.419.962	23,01	1.160.869	256.671	1.002.421	19,45	41,42
PRF	1.801.623	17,13	855.391	195.333	750.899	14,57	41,68
MJSP	118.886	1,13	57.326	14.624	46.936	0,91	39,48
CADE	721	0,01	334	94	293	0,01	40,66
Obrigações Patronais	1.449.797	13,79	795.363	981	653.453	12,68	45,07
PF	858.073	8,16	482.869	111	375.094	7,28	43,71
PRF	553.533	5,26	301.115	-	252.419	4,90	45,60
MJSP	36.994	0,35	10.723	871	25.400	0,49	68,66
CADE	1.196	0,01	656	-	540	0,01	45,16
Outras Despesas	106.702	1,01	53.711	6.576	46.415	0,90	43,50
PF	51.746	0,49	21.957	4.203	25.586	0,50	49,45
MJSP	32.519	0,31	23.208	772	8.539	0,17	26,26
PRF	21.350	0,20	7.926	1.531	11.893	0,23	55,70
CADE	1.086	0,01	620	70	397	0,01	36,56
Total Geral	10.515.580	100,00	4.416.894	945.634	5.153.052	100,00	49,00

Fonte: Siafi.

Nota 15 – Outras Despesas Correntes – BO

Representam as despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa e dependem de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para serem efetivadas.

No segundo trimestre de 2023, a rubrica Outras Despesas Correntes correspondeu a 19,26% (R\$ 1.233.115 mil) das despesas pagas do balanço orçamentário. Esse valor representou, ainda, 8,98% da execução das despesas empenhadas, que somaram R\$ 13.730.624 mil. Conforme "Tabela 29", destacou-se o FNSP com o maior percentual de execução, 45,14% (R\$ 196.550 mil). Por outro lado, a PF apresentou o maior valor empenhado, 47,67% (R\$ 1.397.867 mil) do total da referida rubrica.

Tabela 29 – Execução de Outras Despesas Correntes – por órgão

R\$ milhares

ÓRGÃO	DESPESA EMPENHADA	AV (%)	DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR	DESPESA EM LIQUIDAÇÃO	DESPESA LIQ. A PAGAR	DESPESA EMPEN. LIQUID. PAGA	AV (%)	EXECUÇÃO (%)
PF	1.397.867	47,67	739.673	37	44.249	613.909	49,79	43,92
PRF	739.448	25,21	408.862	9	34.746	295.830	23,99	40,01
FNSP	435.459	14,85	235.265	-	3.643	196.550	15,94	45,14
MJSP	217.444	7,41	141.186	-	5.466	70.792	5,74	32,56
FUNPEN	98.620	3,36	58.151	-	510	39.959	3,24	40,52
CADE	39.020	1,33	24.243	-	268	14.509	1,18	37,18
ANPD	2.426	0,08	1.617	-	9	800	0,06	32,99
FUNAD	2.378	0,08	1.613	-	-	764	0,06	32,14
Total	2.932.661	100,00	1.610.610	45	88.891	1.233.115	100,00	42,05

Fonte: Siafi.

Na "Tabela 30", observa-se que a conta contábil Diárias no País representou o maior percentual pago até o segundo trimestre de 2023, com 20,20% (R\$ 249.032 mil). Nesse sentido, destaca-se, como na "Figura 16", o FNSP, com 54,78% (R\$ 136.417 mil) da execução da despesa "Diárias no país".

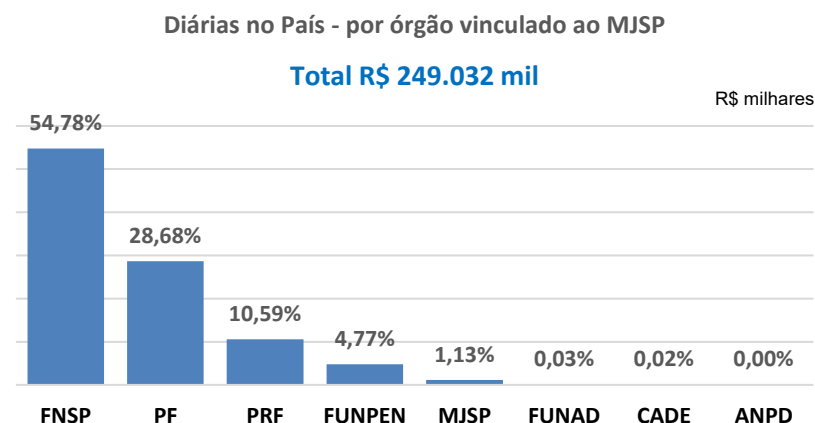
Tabela 30 – Execução de Outras Despesas Correntes – por natureza de despesa

R\$ milhares

Natureza de Despesa Detalhada	Despesa Empenhada Liquidada Paga	AV (%)
Diárias no país	249.032	20,20
Serviços gráficos e editoriais	136.337	11,06
Auxílio-alimentação civis	81.886	6,64
Apoio administrativo, técnico e operacional	45.133	3,66
Ressarcimento assistência médica/odontológica	36.553	2,96
Indenização - Repressão Delitos Fronteiriços	36.380	2,95
Indenizações	36.084	2,93
Combustíveis e lubrificantes automotivos	36.028	2,92
Locação de imóveis	34.761	2,82
Serviço de apoio administrativo, técnico e operacional	29.761	2,41
Demais despesas	511.159	41,45
Total	1.233.115	100,00

Fonte: Siafi.

Figura 17 – Outras Despesas Correntes – Diárias no País – por órgão vinculado



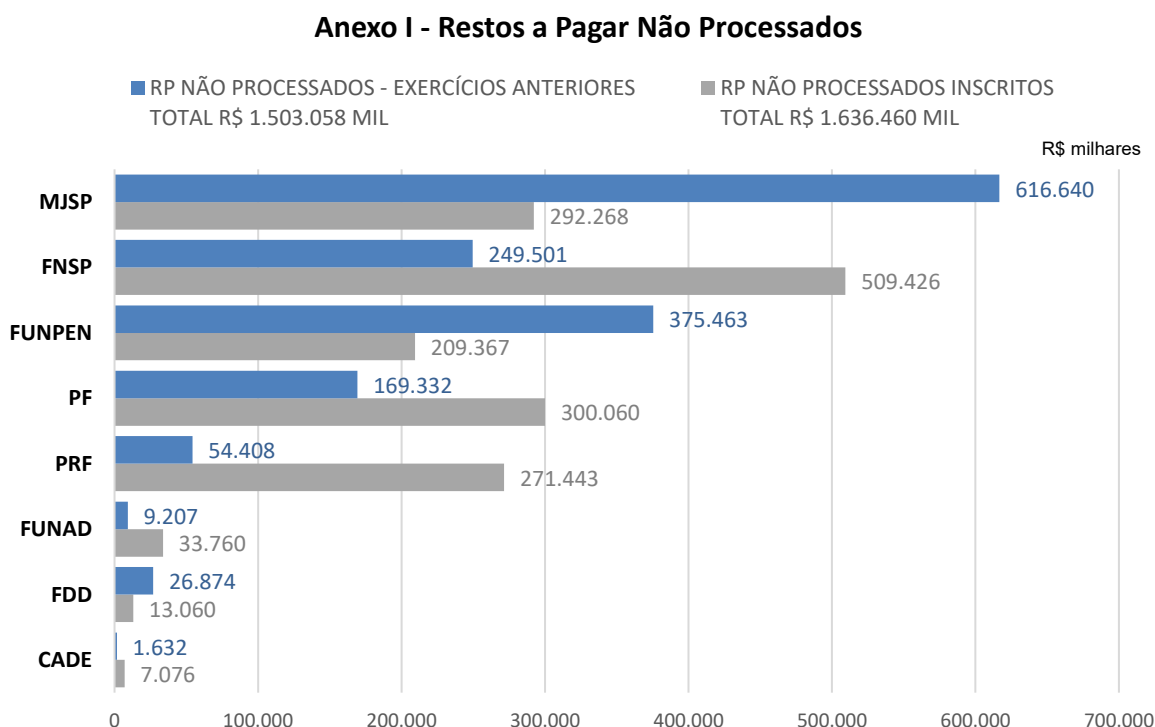
Fonte: Siafi.

Nota 16 – Restos a Pagar – Anexos – BO

Compõem o balanço orçamentário o quadro de Execução dos Restos a Pagar Não Processados – RPNP que evidenciam as despesas orçamentárias dos restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior e suas respectivas fases de execução e os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência; e o quadro de Execução dos Restos a Pagar Processados – RPP que trata dos restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior, nas respectivas fases de execução e os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior.

Ao final do segundo trimestre de 2023, apresentaram na rubrica Restos a Pagar Não Processados, “Figura 18”, o MJSP com os valores mais representativos, R\$ 616.640 mil e R\$ 292.268 mil, e o FNSP, com R\$ 249.501 mil e R\$ 509.426 mil, respectivamente, RPNP de Exercícios Anteriores e RPNP Inscritos.

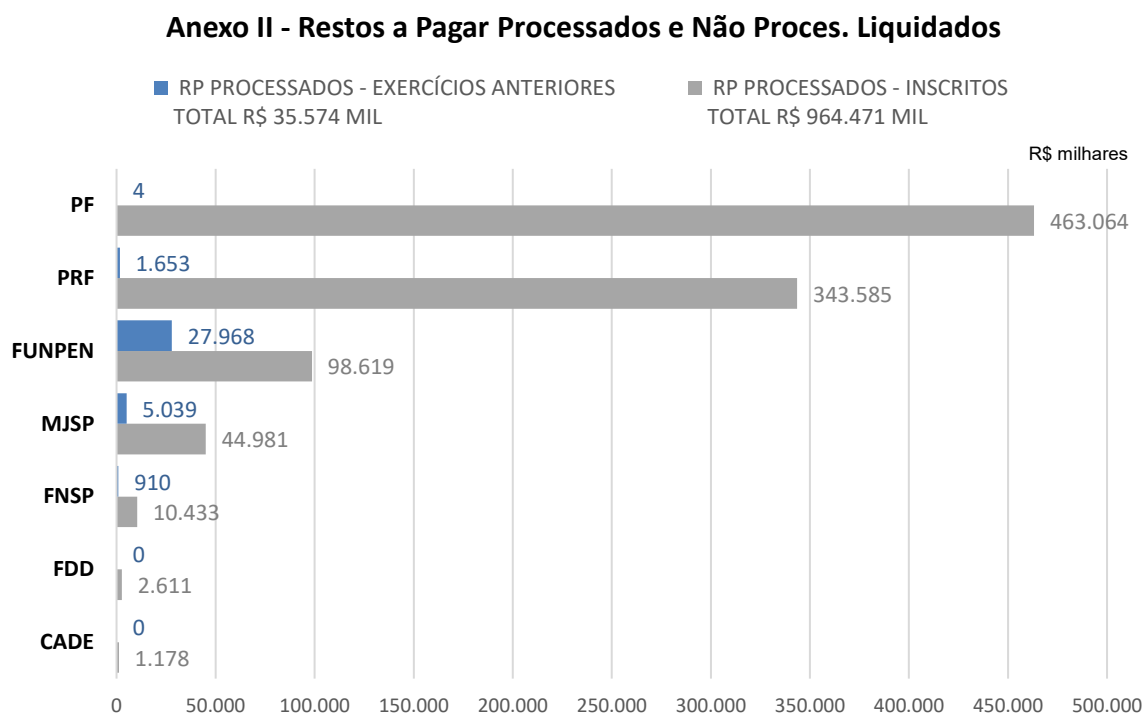
Figura 18 – Restos a Pagar Não Processados – por órgão



Fonte: Siafi.

Na “Figura 19” são demonstrados, por órgão vinculado, os saldos de restos a pagar até 30 junho de 2023 da rubrica Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados. Destacaram-se, com maior representatividade dos saldos referentes aos RPP Inscritos, a PF com R\$ 463.064 mil e a PRF que apresentou saldo de R\$ 343.585 mil.

Figura 19 – Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados – por órgão



Fonte: Siafi.

Nota 17 – Transferências Intragovernamentais – BF

O Balanço Financeiro apresentado neste relatório inclui as operações entre as unidades integrantes do Orçamento Fiscal e Seguridade Social da União no MJSP. Portanto, quando se aplica as regras de consolidação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, excluindo as referidas operações na extração desse demonstrativo contábil, os saldos das Transferências Intragovernamentais Recebidas e Concedidas apresentam variações significativas, cujas diferenças estão detalhadas na “Tabela 31”, quanto aos ingressos, e na “Tabela 32”, quanto aos dispêndios das referidas transferências.

Tabela 31 – Transferências Financeiras Recebidas – Balanço Financeiro

R\$ milhares

Ingressos					
ESPECIFICAÇÃO	30/06/2023 (A: Sem Consolidação)	AV%	30/06/2023 (B: Com Consolidação)	AV%	30/06/2023 (A-B)
Transferências Financeiras Recebidas	24.635.595	100,00	8.500.828	100,00	16.134.766
Resultantes da Execução Orçamentária	22.419.136	91,00	7.777.343	91,49	14.641.793
Cota Recebida	7.777.343	31,57	7.777.343	91,49	0
Repasso Recebido	7.397.951	30,03	0	0,00	7.397.951
Sub-repasso Recebido	7.217.832	29,30	0	0,00	7.217.832
Repasso Devolvido	25.562	0,10	0	0,00	25.562
Sub-repasso Devolvido	448	0,00	0	0,00	448
Independentes da Execução Orçamentária	2.216.459	9,00	723.485	8,51	1.492.974
Transf. Recebidas para Pagamento de RP	2.023.969	8,22	706.162	8,31	1.317.808
Demais Transferências Recebidas	52.652	0,21	17.324	0,20	35.328

Movimentação de Saldos Patrimoniais	139.833	0,57	0	0,00	139.833	0,87
Movimentações para Incorp. de Saldos	6	0,00	0	0,00	6	0,00

Fonte: Siafi.

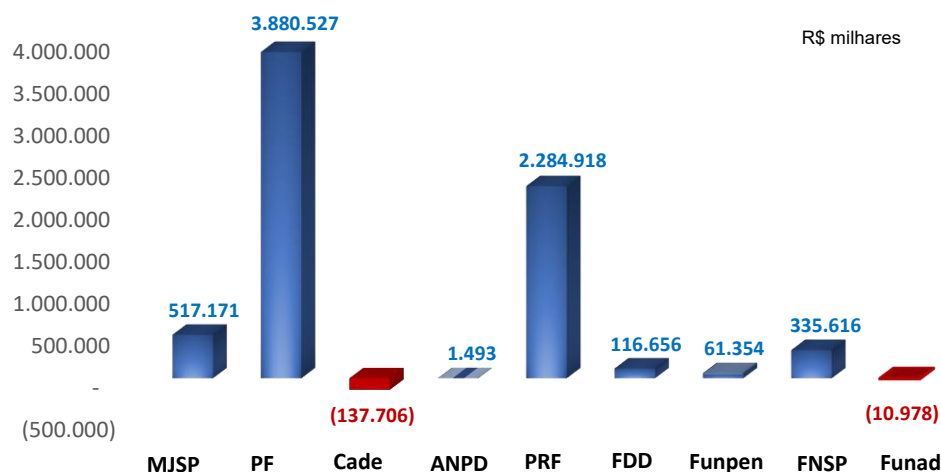
Tabela 32 – Transferências Financeiras Concedidas – Balanço Financeiro

R\$ milhares

Dispêndios						
ESPECIFICAÇÃO	30/06/2023 (A: Sem Consolidação)	AV%	30/06/2023 (B: Com Consolidação)	AV%	30/06/2023 (A-B)	AV%
Transferências Financeiras Concedidas	17.586.544	100,00	1.451.777	100,00	16.134.766	100,00
Resultantes da Execução Orçamentária	14.726.483	83,74	84.690	5,83	14.641.793	90,75
Repasso Concedido	7.449.036	42,36	51.085	3,52	7.397.951	45,85
Sub-repasso Concedido	7.226.431	41,09	8.599	0,59	7.217.832	44,73
Cota Devolvida	25.006	0,14	25.006	1,72	0	0,00
Repasso Devolvido	25.562	0,15	0	0,00	25.562	0,16
Sub-repasso Devolvido	448	0,00	0	0,00	448	0,00
Independentes da Execução Orçamentária	2.860.060	16,26	1.367.087	94,17	1.492.974	9,25
Transf. Concedidas para Pgto. de RP	1.317.808	7,49	0	0,00	1.317.808	8,17
Demais Transferências Concedidas	35.328	0,20	0	0,00	35.328	0,22
Movimento de Saldos Patrimoniais	1.506.919	8,57	1.367.087	94,17	139.833	0,87
Movimentações para Incorp. de saldos	6	0,00	0	0,00	6	0,00

Fonte: Siafi.

O saldo final das Transferências Intragovernamentais, apresentadas por órgão, no Balanço Financeiro deste relatório (sem consolidação), estão demonstrados na “Figura 20” a seguir.

Figura 20 – Saldo Final das Transferências Intragovernamentais (sem consolidação)

Fonte: Siafi.

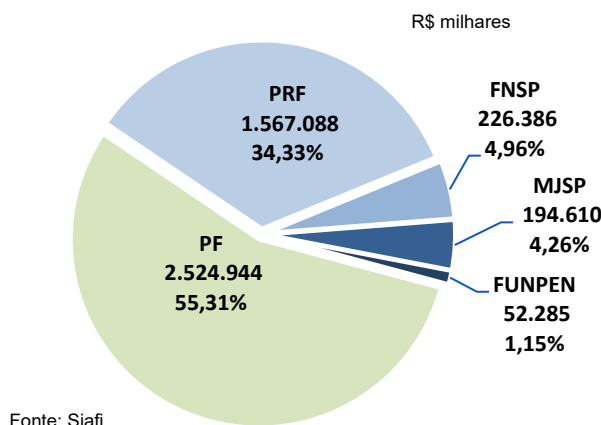
Nota 18 – Segurança Pública – DFC

Na estrutura das Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC) do segundo trimestre de 2023, os fluxos de caixa operacionais consolidados do setor público em sentido amplo proporcionam uma indicação da medida do volume de recursos que o governo vem financiando suas atividades correntes por meio da tributação e outras cobranças recorrentes.

Os dispêndios relacionados à Segurança Pública, que compõe a rubrica Pessoal e Demais Despesas, representaram 17,20% (R\$ 4.565.313 mil), no 2º trimestre de 2023, do total dos desembolsos apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC).

A PF e a PRF compreenderam, respectivamente, 55,31% (R\$ 2.524.944 mil) e 34,33% (R\$ 1.567.088 mil), somando 89,63% (R\$ 4.092.032 mil) do total dos desembolsos, conforme apresentado na “Figura 21”.

Figura 21 - Segurança Pública - Desembolsos - por órgão



Os subsídios, tipo de remuneração dos servidores policiais fixada em parcela única e com previsão legal no art.144, §9º da CF, representaram 56,19% (R\$ 2.565.393 mil) da totalidade dos desembolsos que integraram a rubrica Segurança Pública, conforme “Tabela 33”.

Tabela 33 – Desembolsos – Pessoal e Demais Despesas – Segurança Pública

R\$ milhares

Natureza da Despesa	PF (%)	PRF (%)	FNSP (%)	MJSP (%)	FUNPEN (%)	FUNAD (%)	Total (%)	Total (R\$)
Subsídios	33,02	23,17	-	0,00	-	-	56,19	2.565.393
Demais desembolsos	22,29	11,15	4,96	4,26	1,15	-	43,81	1.999.921
Total	55,31	34,33	4,96	4,26	1,15	-	100,00	4.565.313

Fonte: Siafi.

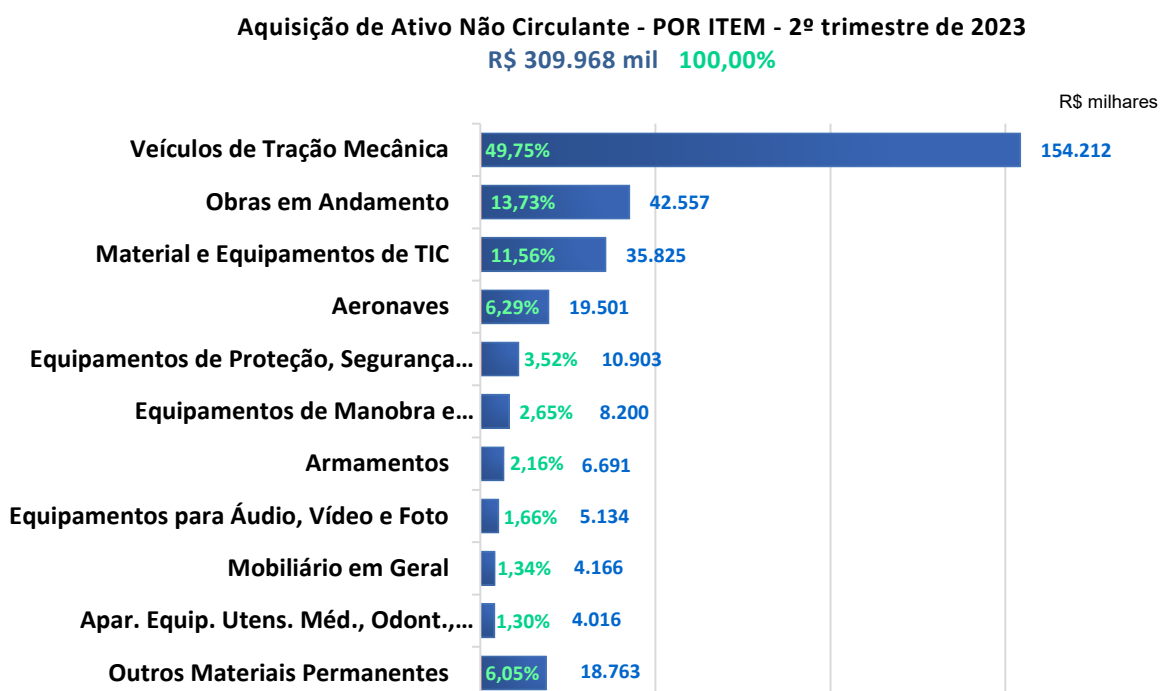
Nota 19 – Aquisição de Ativo não Circulante – DFC

As aquisições de Ativo não Circulante, registradas nas DFCs, integraram, no segundo trimestre de 2023, 93,80% (R\$ 309.968 mil) dos desembolsos do total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento. Representam as aquisições de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa, realizadas com a finalidade de contribuir para a futura prestação de serviços pela entidade.

Na “Figura 22”, pode-se observar a composição por item do Ativo Não Circulante, assim registrados:

- 49,75% (R\$ 154.212 mil) de Veículos de Tração Mecânica, sendo 50,23% (R\$ 77.461 mil) registrados na PF e 28,66% (R\$ 44.198 mil) registrados no FNSP, totalizando 78,89 (R\$ 121.658 mil) do montante do referido item;
- 13,73% (R\$ 42.557 mil) de Obras em Andamento, sendo 66,17% (R\$ 28.158 mil) registrados na PRF e 27,99% (R\$ 11.911 mil) registrados na PF, totalizando 94,15% (R\$ 40.069 mil) de representação do montante do referido item;
- 11,56% (R\$ 35.825 mil) de Material e Equipamentos de TIC, sendo 43,71% (R\$ 15.661 mil) registrados no FNSP; 21,37% (R\$ 7.656 mil) na PF; e 18,92% (R\$ 6.779 mil) no MJSP, totalizando 84,01% (R\$ 30.095 mil) do montante do referido item;
- 6,29% (R\$ 19.501 mil) de Aeronaves, sendo 69,55% (R\$ 13.564 mil) registrados no FNSP e 28,24% (R\$ 5.508 mil) na PF, totalizando 97,80% (R\$ 19.072 mil) do montante do referido item;
- 3,52% (R\$ 10.903 mil) de Equipamentos de Proteção Segurança e Socorro, sendo 83,55% (R\$ 9.109 mil) registrados na PF e 14,79% (R\$ 1.612 mil) no FNSP, totalizando 98,33% (R\$ 10.721 mil) do montante do referido item;
- 2,65% (R\$ 8.200 mil) de Equipamentos de Manobra e Patrulhamento, sendo 86,12% (R\$ 7.062 mil) registrados na PRF e 13,88% (R\$ 1.138 mil) na PF, totalizando 100% do montante do referido item;
- 2,16% (R\$ 6.691 mil) de Armamentos, sendo 100% registrados no FNSP;
- 1,66% (R\$ 5.134 mil) de Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto, sendo 73,68% (R\$ 3.782 mil) registrados na PF e 19,07% (R\$ 979 mil) registrados no Funpen, totalizando 92,75% (R\$ 4.761 mil) do montante do referido item;
- 1,34% (R\$ 4.166 mil) de Mobiliário em Geral, sendo 32,26% (R\$ 1.344 mil) registrados na PRF, 29,91% (R\$ 1.246 mil) registrados na PF e 19,04% (R\$ 793 mil) no MJSP, totalizando 81,22% (R\$ 3.384 mil) do montante do referido item;
- 1,30% (R\$ 4.016 mil) de Aparelhos, Equipamentos, Utensílios Médicos, Odontológicos, Laborat. e Hospitalares, sendo 62,15% (R\$ 2.496 mil) registrados no FNSP; e 37,05% (R\$ 1.488 mil) na PF, totalizando 99,20% (R\$ 3.984 mil) do montante do referido item;
- 6,05% (R\$ 18.763 mil) de Outros Materiais Permanentes.

Figura 22 – Aquisição de Ativo não Circulante – por item

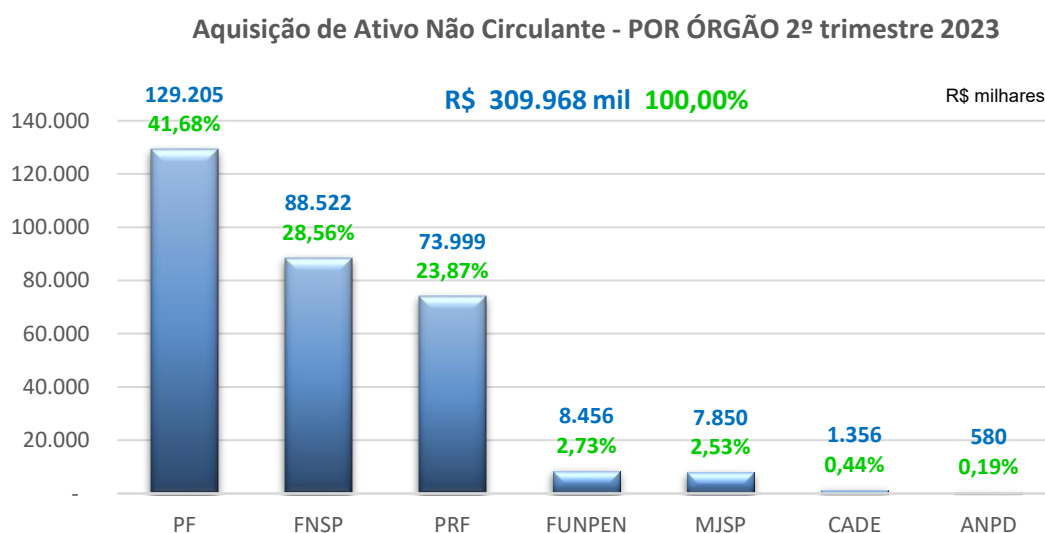


Fonte: Siafi.

Na “Figura 23”, evidencia-se o impacto de cada órgão na rubrica Aquisição de Ativo Não Circulante; sendo 41,68% (R\$ 129.205 mil) da PF, 28,56% (R\$ 88.522 mil) do FNSP, 23,87% (R\$ 73.999 mil) da PRF e 5,89% (R\$ 18.242 mil) dos demais órgãos.

Destaca-se, portanto, que a PF, FNSP e PRF totalizaram 94,11% (R\$ 291.726 mil) da representação no referido grupo de contas.

Figura 23 – Aquisição de Ativo não Circulante – por órgão



Fonte: Siafi.

Nota 20 – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL

Nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o "Resultado do Exercício", de R\$ 877.167 mil, em junho de 2023, representou 4,49% do saldo patrimonial líquido, sendo impactado principalmente por:

- a) "Transferências e Delegações Recebidas", correspondente a 91,61% (R\$ 24.950.374 mil) das variações patrimoniais aumentativas; e
- b) "Transferências e Delegações Concedidas" e "Pessoal e Encargos"; correspondentes, respectivamente, a 69,27% (R\$ 18.260.185 mil) e 15,51% (R\$ 4.089.503 mil), somando 84,79% (R\$ 22.349.688 mil) das variações patrimoniais diminutivas.

Os detalhamentos relativos aos grupos de contas supracitados constam nas notas explicativas nº 17 - "Transferências Intragovernamentais" e nº 9 - "Pessoal e Encargos".

As "Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos", que representaram R\$ 860 mil da DMPL, foram constituídas em 100% pela Polícia Federal; sendo 96,93% (R\$ 834 mil) para aeronaves e o restante, 3,07% (R\$ 26 mil), para as demais contas.

Com relação aos "Ajustes de Exercícios Anteriores", de R\$ 10.667 mil apresentado na DMPL, foram assim registrados:

- a) 115,47% (R\$ 12.317 mil) no Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- b) 83,94% (R\$ 8.954 mil) no Fundo Penitenciário Nacional;
- c) 8,71% (R\$ 929 mil) na Polícia Rodoviária Federal e Autoridade Nacional de Proteção de Dados;
- d) -103,70% (R\$ -11.062 mil) na Polícia Federal;
- e) -4,41% (R\$ -470 mil) nos demais órgãos subordinados.

O "Ajuste de Avaliação Patrimonial", de R\$ -15 mil, foi realizado pela Polícia Federal referente a FGTS (na conta contábil 21.141.06.00).

O saldo restante de R\$ 18.638.080 mil, do início do exercício de 2023, apesar de não ser objeto desta análise, uma vez que é proveniente de exercícios anteriores, cabe mencionar que apresentou queda representativa com relação ao saldo final de 2022 da DMPL, da ordem de R\$ 258.621.711 mil, decorrente da transferência da Funai para o Ministério dos Povos Indígenas (Decreto nº 11.355/2023), cujo montante representava R\$ 258.318.813 mil.